

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Maria Júlia Castro Januário

A dimensão político-pedagógica do Serviço Social: tendências nas produções
científicas entre 2002-2022

Florianópolis

2022

Maria Júlia Castro Januário

A dimensão político-pedagógica do Serviço Social: tendências nas produções científicas entre 2002-2022

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Sócioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel(a) em Serviço Social.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Cristiane Luiza Sabino de Souza

Florianópolis

2022

Castro, Maria Júlia

A dimensão político-pedagógica do Serviço Social :
tendências nas produções científicas entre 2002-2022 /
Maria Júlia Castro ; orientador, Cristiane Luiza Sabino
de Souza, 2022.

82 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,
2022.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Serviço Social. 3. Estado da
arte. 4. Dimensão político-pedagógica. I. Souza,
Cristiane Luiza Sabino de. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título

Maria Júlia Castro Januário

A dimensão político-pedagógica do Serviço Social: tendências nas produções científicas entre 2002-2022

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 02 de dezembro de 2022.

Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof.(a) Cristiane Luiza Sabino de Souza, Dr.(a)
Orientador(a)

Prof.(a) Maria Regina de Ávila Moreira, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Maria Teresa dos Santos, Dr.(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2022.

À Marina, minha irmã, por ser uma das melhores pessoas que tive a sorte de conhecer nessa vida e a todas as pessoas que lutam por uma sociedade igualitária.

Não estamos sós.

AGRADECIMENTOS

Confesso que é um pouco estranho escrever os agradecimentos de um trabalho de conclusão de curso novamente em tão pouco tempo. Mesmo que ao fazê-lo em 2018 a decisão de cursar uma segunda graduação já estivesse consumada em minha mente, chegar neste momento – ainda mais depois de todas as dificuldades recentes nos âmbitos global e particular – em pouco mais de quatro anos evoca diferentes sentimentos, que ainda não entendo bem.

Apesar do apreço pelo conhecimento e pelos processos de estudo, nem sempre essa trajetória se mostrou prazerosa ou fácil, portanto considero essenciais os devidos agradecimentos àquelas e àqueles que estiveram comigo seja por um breve período, seja em todo o trajeto.

A minha família nuclear; minha irmã Marina e meus pais, Roselei e Gerson. Se cheguei onde cheguei hoje, muito desse caminho se deve a vocês três e disso nunca me esquecerei. Muito obrigada por tudo, amo vocês.

Às amigas, próximas ou distantes, pontuais ou constantes: nenhuma relação é igual a outra e a magia da vida humana está aí, obrigada a cada um e cada uma que me ouviu, acolheu, riu, chorou e construiu junto um pouco da vida. Um agradecimento especial à Lais, Gabriele, Larissa, João Vitor, Eduarda, Sofia. Espero que sigamos juntas no futuro.

Ao curso de Serviço Social da UFSC, por possuir espaços que permitissem o diálogo, o debate e os questionamentos necessários à sociedade; mesmo com as contradições e limitações existentes, o olhar crítico nos permite o movimento constante necessário para buscarmos sempre outras formas de existir.

Ao coletivo Veias Abertas e ao projeto de extensão Práxis Antirracista, bem como a todas e todos que por eles passaram. Em especial às companheiras de estágio Sabrina e Clarice, trabalhar com vocês é um prazer infindável e às profs. Cris e Helô, pela alegria e honra em poder trabalhar e contribuir para o Serviço Social com profissionais tão comprometidas com nosso projeto profissional.

Às Brigadas Populares, organização política que componho há cinco anos. Agradeço pelas oportunidades de discussões críticas e sérias, de comprometimento com o povo brasileiro e com a construção de uma nova sociedade, verdadeiramente livre. Não seria o sujeito que sou hoje sem o coletivo, seguimos juntos até a vitória.

À Adriana, minha psicóloga, por todo o apoio e carinho nos processos profissionais e pessoais.

"Não tenha culpa de ter convicção."
(Convicção, Fresno)

RESUMO

Neste trabalho, investigamos as principais tendências da dimensão político-pedagógica do Serviço Social brasileiro a partir da produção de uma pesquisa do tipo estado da arte e tendo como referencial inicial de pesquisa as produções de Marina Maciel Abreu. A pesquisa possui caráter misto: qualitativo e quantitativo. O recorte temporal é dos anos 2002 a 2022. A metodologia utilizada nos dois primeiros capítulos é de revisão bibliográfica, enquanto no capítulo final realizamos uma pesquisa de natureza exploratória, realizando levantamento de dados sobre o objeto de pesquisa com buscadores pré-definidos, seguido de análise dos materiais encontrados e selecionados enquanto relevantes para o trabalho. O método de análise utilizado é o método crítico-dialético e os materiais analisados são teses, dissertações e artigos de revistas do Serviço Social. Para discutir a dimensão político-pedagógica, fazemos uma contextualização do Serviço Social brasileiro e sua história, discutimos sobre o Estado, ideologia e as disputas da luta de classes na atuação profissional, de forma a entender como o caráter iminentemente político da profissão perpassa a sua função educativa. Entre os resultados elencados nesta pesquisa, analisamos que há uma baixa produção acadêmica sobre o assunto e a perspectiva crítica em consonância com o Projeto Ético-Político é presente em todos os trabalhos analisados.

Palavras-chave: Serviço Social; dimensão político-pedagógica; estado da arte.

ABSTRACT

The present study investigates the political-pedagogical trends of Brazilian Social Work through the conduction of a state-of-the-art research, admitting the Marina Maciel Abreu's body of work as a primary research source. It is a mixed method research, both qualitative and quantitative. The time frame being considered is from 2002 to 2022. The chosen research methodology in the first two chapters is the bibliographic research method, whereas in the final chapter an exploratory survey is implied, in which data gathering on the research object was carried out with pre-selected keywords, followed by data analysis and selection determined by relevance to the study. The data analysis method is the critical-dialectic method and the material is made of thesis, dissertations and papers from Social Work journals. In order to address the political-pedagogical sphere, Brazilian Social Work's history is contextualized, the State, ideology and class struggle within the professional performance are discussed, so as to explicit how the *métier's* inherent political nature goes hand in hand with its educational purpose. Amongst the listed results of this research is the understanding that the existing works on the matter are sparse and that a critical perspective consonant with the political and ethical postulates is present in every one of them.

Keywords: social work; political-pedagogical dimension; state of the art.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01.....	56
Quadro 02	60

LISTA DE TABELA

Tabela 01.....	59
----------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CFAS - Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CRAS - Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRE - Coordenadoria de Educação
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
DEM - Democratas
DSS - Departamento de Serviço Social
EàD - Educação à Distância
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
IELA - Instituto de Estudos Latino Americanos
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
LOS - Lei Orgânica da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
OEA - Organização dos Estados Americanos
PBF - Programa Bolsa Família
PEP - Projeto Ético-Político
PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PT - Partido dos Trabalhadores
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	166
2	SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SEU CONTEXTO NA CONTEMPORANEIDADE	20
	2.1 “Profissional da coerção e do consenso”: a gênese e desenvolvimento do Serviço Social brasileiro	20
	2.2 Os ventos da mudança: intenção de ruptura, Congresso da Virada e o novo projeto ético-político	26
	2.3 Serviço Social na contemporaneidade: até que ponto nos transformamos de fato?	32
3	A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL	37
	3.1 Sociedade e suas disputas: a relação entre Estado, ideologia, classes e Serviço Social.....	37
	3.2 A dimensão político-pedagógica do Serviço Social: tendências e contratendências.....	42
4	O DEBATE SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL	53
	4.1 Como e por quê?: Metodologia e motivações para a pesquisa.....	53
	4.2 Resultados: mapeamento e tabulação.....	55
	4.2.1 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)...	55
	4.2.2 Revistas Qualis A2.....	58
	4.2.3 Revistas Qualis A1.....	59
	4.3 E agora?: Análise de conteúdo.....	60
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	80

1. INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre o Serviço Social brasileiro é uma necessidade contínua da profissão. Enquanto uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho e possível de ser compreendida a partir da reprodução da força de trabalho na sociedade, conforme Iamamoto e Carvalho (1982) apontam, as/os assistentes sociais possuem um vasto e diversificado leque de competências e atribuições privativas, todos devidamente listados e regularizados na lei 8662/93, que regulariza o trabalho da/o assistente social brasileiro. Ao irmos além das questões jurídicas (importantes, mas apenas um passo inicial para compreender a profissão), ao nos debruçarmos e aprofundarmos os estudos, é possível identificar um caráter *interventivo* e *pedagógico* no trabalho realizado - questões constitutivas na atuação de um trabalho que lida diretamente com as necessidades concretas dos/as sujeitos/as sociais, face à dinâmica da questão social.

A matriz originária do Serviço Social possui uma direção conservadora e moralizante que, confrontada por processos de crítica e reformulações ao longo da sua história, embora não superados radicalmente, dado o caráter contraditório da profissão. O conservadorismo em sua gênese ainda é muito presente no cotidiano da formação e atuação profissionais, num contexto de crise do capital e acirramento das expressões da questão social. O projeto profissional possui um arcabouço material e jurídico desenvolvido que embasam orientações éticas no sentido da construção de um projeto de sociedade livre de explorações e opressões.

É ao refletir sobre as contradições que perpassam a existência do Serviço Social e as dimensões da sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho face aos antagonismos sociais que constituímos o objeto deste trabalho. Particularmente na interrogação sobre a dimensão política e pedagógica/educativa da profissão a partir da sua inserção na reprodução das relações sociais na sociedade capitalista (Iamamoto e Carvalho, 2001), partimos do princípio que não é possível uma atuação neutra dentro de uma sociedade fundamentada em disputas e explorações. Ou seja: que a atuação profissional possui um caráter intrinsecamente político.

Assim, revela-se fundamental a apreensão, pela própria categoria profissional, acerca do papel que cumpre no âmbito das relações sociais - o qual

vai além da imediatividade da viabilização ou não do acesso a direitos e serviços sociais. Cabe aqui destacar, também, que a atuação profissional sempre será imbuída de uma dimensão ética, política e pedagógica/educativa, pautadas na reprodução de determinadas ideologias e no fortalecimento de determinados projetos societários, como apontam Iamamoto e Carvalho (2001) e Netto (2007).

Embora a produção teórica e os debates sobre a dimensão ética da profissão sejam mais fecundos, o mesmo não ocorre em relação à dimensão político-pedagógica; ao trabalharmos com essa dimensão em outros momentos da graduação, a referência mais recente acerca deste assunto apareceu na figura de Marina Maciel Abreu, com suas publicações de 2002 e 2004. Por isso, neste trabalho, interessa, particularmente, estudar como a categoria profissional tem compreendido a dimensão político pedagógica do trabalho profissional. – Nesse sentido levantamos a questão: *quais são as tendências no debate do Serviço Social sobre a dimensão político-pedagógica da profissão?*

Esse trabalho é fruto de um processo coletivo de trocas do período que atuei enquanto estagiária e extensionista num projeto de extensão; atualmente trabalhando com a formação continuada de assistentes sociais negras e negros, a equipe do projeto conseguiu identificar uma série de temáticas que necessitam de maior atenção e aprofundamento em pesquisas dentro da categoria - a temática elencada nesse trabalho de conclusão de curso é uma delas. Durante a atuação em campo enquanto estagiária, o debate sobre o caráter pedagógico inerente ao trabalho da/o assistente social foi uma das temáticas observadas no dia a dia do projeto; no entanto, um levantamento inicial da produção acadêmica sobre o assunto mostrou baixo retorno de materiais nas bases de dados utilizadas. A partir desses acúmulos desenvolvidos no campo de estágio, decidimos realizar, para o TCC, um estudo do tipo *estado da arte* sobre a dimensão político-pedagógica na produção acadêmica do Serviço Social.

Partindo dessas inquietações, este trabalho tem como objeto de estudo a dimensão político-pedagógica na profissão da/o assistente social. O objetivo geral é analisar as tendências no debate teórico do Serviço Social sobre a dimensão político-pedagógica da atuação profissional. Entre os objetivos específicos, almejamos refletir sobre Serviço Social brasileiro no contexto contemporâneo, a

partir das contradições da constituição da profissão e da sociedade brasileira; desvelar a dimensão político-pedagógica da atuação profissional, considerando a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho capitalista e na luta de classes; mapear e analisar a produção científica da categoria sobre essa temática para identificar as tendências, percepções e reflexões acerca da dimensão político pedagógica; refletir sobre a amplitude e as influências do debate na contemporaneidade.

Ao organizar o projeto para este trabalho, decidimos que a melhor abordagem para alcançar os objetivos seria a realização de um Estado da Arte. Para tanto, mapeamos a produção da categoria no recorte temporal de 2002 a 2022¹ sobre o assunto e analisamos algumas obras selecionadas. A pesquisa tem um caráter misto: qualitativa e quantitativa. A metodologia para as duas primeiras seções será de revisão bibliográfica, enquanto a terceira seção será de natureza exploratória, por trabalhar com levantamento de dados a partir de buscadores pré-definidos entre a pesquisadora e a orientadora e análise dos resultados apresentados. O método de análise utilizado neste trabalho será o método crítico-dialético, entendendo a necessidade de uma análise totalizante e crítica da realidade onde o Serviço Social brasileiro se insere. Os materiais a serem analisados serão artigos, teses e dissertações sobre a temática nas bases de dados *Scielo* - em revistas com classificação A1 e A2 pelo sistema Qualis na área de Serviço Social - e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A pesquisa acontecerá majoritariamente de modo virtual, nas bases de dados online supracitadas.

Entre as justificativas para seu desenvolvimento, acreditamos que esta pesquisa possa ser relevante para o meio acadêmico por contribuir no trabalho de futuras/os colegas na facilidade de saber até que ponto avançamos atualmente no debate sobre a temática aqui citada; além disso, pode contribuir para retomar o debate sobre a mesma, tanto nos espaços de formação, quanto de atuação profissional. Destacamos que as formulações e apontamentos aqui desenvolvidos são iniciais, devido ao tempo relativamente curto disponível para a pesquisa, posto que este é um trabalho de graduação e que almejamos aprofundar essa pesquisa em espaços futuros.

¹ Destacamos aqui que, pelo período que este trabalho foi realizado, o escopo objetivado para a pesquisa vai de janeiro de 2002 a outubro de 2022.

Além do aspecto acadêmico relacionado aos motivos que guiam esta pesquisa, importante destacarmos também o contexto político e econômico que caracteriza este trabalho. Após o golpe parlamentar sofrido pela ex-presidente Dilma Rousseff e a eleição do governo neoliberal e conservador de Jair Bolsonaro, a realidade brasileira vem moldando-se em um acirramento das disputas entre as classes sociais, aprofundando as diferenças e as expressões da questão social. O notado avanço do conservadorismo nesta última quadra histórica tem sua vazão na profissão e demanda de nós, pesquisadoras/es e profissionais da categoria, estudos rigorosos sobre a atuação profissional e possíveis caminhos frente a um cenário de retrocessos à classe trabalhadora e suas demandas.

O trabalho aqui apresentado divide-se em 04 partes. Na primeira seção buscamos contextualizar o que é o Serviço Social no Brasil e na contemporaneidade, situando os processos de disputa pela direção ético-política da profissão buscamos entender as contradições existentes na profissão, trazendo as tendências e contratendências em movimento na categoria. Na seção seguinte, focamos na dimensão político-pedagógica, buscando mostrar seu caráter inerente à profissão através das mediações com as ideologias que permeiam tanto o Serviço Social quanto a sociedade. Na última seção, exibimos e analisamos o levantamento feito nas bases de dados sobre a produção acadêmica da categoria, buscando entender como o debate aqui apontado está sendo feito pelo Serviço Social. Por fim, trazemos alguns apontamentos nas considerações finais sobre o processo e sobre as possibilidades futuras de continuidade para as pesquisas.

2. SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SEU CONTEXTO NA CONTEMPORANEIDADE

*Navio pirata do povo
 Movimenta muita gente
 Que trabalha
 Nessa parafernália de louco
 Quem tá fora do teu eixo
 É quem move a engrenagem
 Trabalha em dobro
 Mesmo sendo empurrado para fora dessa margem
 Remexe o topo
 Quebra o reboco
 (Olho de Boi, RAPadura & Baiana System)*

2.1 “Profissional da coerção e do consenso”²: a gênese e desenvolvimento do Serviço Social brasileiro

Para entender a proposta a ser estudada ao longo desse projeto, é necessário contextualizar o Serviço Social brasileiro em sua história e as contradições que estão presentes na sociedade e que são determinantes para atuação profissional. Nesta seção nos propomos a analisar a história do Serviço Social a partir da dimensão política existente na profissão, intrínseca à mesma, bem como as tendências e contratendências em disputa nesse aspecto ao longo dos anos.

A perspectiva positivista que rege as relações sociais brasileiras desde a época da escravidão parte de uma premissa determinista e estanque da vida: aqueles que detém poder, os europeus brancos, devem manter-se no poder; os que não possuem nada, negros e indígenas, devem permanecer subjugados - e esses processos são naturais, inquestionáveis. Com um de seus temas centrais estampados na bandeira nacional (“Ordem e Progresso”), as formas de desenvolver esse pretense progresso são através da manutenção da ordem estabelecida em terras brasileiras no início da colonização - uma ordem violenta e predatória, aliás. As formas de estabelecer essa pretensa ordem foram se modificando à medida que a sociedade brasileira também o fazia, mas sua matriz racista se mantém: desde a

² Referencia ao termo utilizado por Iamamoto (2004).

marginalização da população negra, tida como inferior frente os imigrantes europeus à criminalização da cultura africana (ALMEIDA, 2018).

Essas premissas são essenciais ao analisarmos como o Estado é um agente central na formulação e consolidação dessa perspectiva nacional - e como Serviço Social está visceralmente ligado a todos esses processos, seja na sua gênese enquanto benemerência das mulheres brancas e da Igreja aos “desajustados” da sociedade, seja enquanto uma profissão cujo principal empregador é justamente o Estado brasileiro. Falar de Serviço Social no Brasil passa por, necessariamente, falar do conservadorismo que perpassa a história da profissão e da própria sociedade brasileira.

As (os) assistentes sociais atuam no âmbito das instituições, inseridas no bojo do poder político-econômico do capitalismo dependente, cujas estruturas reproduzem a lógica de dominação inerente ao papel do Estado e da classe dominante em uma sociedade estruturada pelo racismo. Desse modo, reconhecer a vinculação do conservadorismo, na gênese da profissão, bem como a sua relação com o racismo, evidencia uma dimensão fundamental a ser melhor desenvolvida, no âmbito do acúmulo teórico e político da profissão, que, apenas, muito recentemente deu uma atenção mais consistente ao tema. (SOUZA, 2020, p. 384)

O fenômeno do pauperismo - processos de adoecimento e empobrecimento exacerbados sofridos pela classe trabalhadora no contexto de desenvolvimento tecnológico que gerou uma produção de riqueza concentrada em níveis nunca vistos antes na história - precisava ser administrado de alguma forma para manter as massas trabalhadoras em condições mínimas para o trabalho que realizavam, como caracteriza Netto (2001). As expressões das contradições desse sistema, entre capital e trabalho, convencionou-se chamar de Questão Social e é compreendido como objeto de trabalho da/o assistente social.

As raízes do Serviço Social datam do final do século XIX na Inglaterra; os sujeitos detentores de poder - aqui compreendidos como Igreja Católica, burguesia e Estado - precisavam lidar com essas mazelas advindas do novo modo de produção, o capitalismo. No Brasil, devido às influências das escolas inglesa e franco-belga de Serviço Social e da Igreja Católica, o surgimento da profissão não foi muito diferente em relação aos atores envolvidos, embora tenha suas particularidades nos processos históricos nacionais (YAZBEK, 2009).

Para além dos processos sócio-históricos do capitalismo dependente, é importante entender o Serviço Social como um tipo de especialização do trabalho.

Nesse sentido, as contribuições de Yamamoto e Carvalho (1990) são fundamentais para as nossas análises. Nessa obra, leitura essencial para o estudo aprofundado da profissão no Brasil, os pesquisadores trazem um contexto necessário à atuação profissional dentro do sistema capitalista. Entender que a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho, mas também a reprodução *espiritual*, a reprodução da consciência social dos sujeitos envolvidos nessas relações é o primeiro passo; pois é a partir desses processos de consciência que as lutas sociais são organizadas e a disputa pela hegemonia na sociedade ocorre. Em suas palavras, “a reprodução das relações sociais é a *reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida* que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade.” (1990, p. 72, grifos dos autores)

Portanto, entendendo o Serviço Social enquanto uma profissão *componente* do atual sistema e composta por profissionais também sujeitos *das* e *às* dinâmicas sociais, é um processo lógico de se afirmar que a profissão também expressa esses processos de reprodução da vida social. Construídos crítica ou acriticamente pelos profissionais, esses processos precisam ser compreendidos em duas instâncias: tanto enquanto uma atuação profissional socialmente determinada pelas condições objetivas da sociedade, quanto uma realidade vivida por aquele sujeito - que também passa pelo processo de reprodução das relações sociais acima citado - enquanto indivíduo integrante dessa sociedade. Nesse sentido, como apontam Yamamoto e Carvalho (1990), essa unidade entre perspectiva “prática” e perspectiva “teórica” da atuação profissional possui contradições devido aos próprios antagonismos inerentes das relações sociais no modo de produção capitalista.

Assim, é possível apontar como o Serviço Social, enquanto profissão inserida nas dinâmicas capitalistas e vinculada, majoritariamente, ao Estado, surge para lidar diretamente com as contradições advindas do sistema social - participando de mediações necessárias tanto ao capital como ao trabalho e sua reprodução. Dentro desta dinâmica, inúmeras possibilidades se abrem para o/a profissional em seus campos de atuação, mas vamos por partes.

Se no início do século 20 a ideia de assistência que existia na sociedade era a caridade feminina e a benemerência da igreja, à medida que a expansão urbano-industrial se desenvolvia em algumas partes do país, o cenário demandava

mudanças. Em meio a contingentes de imigrantes que chegavam, um sistema de saúde quase inexistente para a população e movimentos de êxodo rural e contratação populacional para trabalhar nas novas indústrias nacionais, os trabalhadores precisavam de alguns suportes para poder *reproduzir sua força de trabalho*. É nesse contexto que o Serviço Social é institucionalizado: a primeira escola brasileira data de 1936, em São Paulo, e a partir daí seu vínculo com o Estado é estabelecido, de forma a prestar assistência a estes trabalhadores vinculados à indústria, majoritariamente. (CASTRO, 2000)

Apesar do processo de tecnicização da profissão nesse período, entre os anos 1930 e 1960, de forma a atender novas demandas e uma massa mais expressiva da população (embora ainda pequena quando comparada à totalidade nacional), a perspectiva individual que existia desde a época da caridade persistia muito forte dentro do Serviço Social. A influência de Mary Richmond e seus estudos de caso trouxeram técnica para um trabalho que antes era baseado muito em fé e culpa cristã, mas a análise de responsabilização dos indivíduos por seus “problemas” mantinha a linha positivista. Sem uma análise da totalidade da realidade dos usuários, sem uma reflexão crítica, de forma a compreender a verdadeira raiz dos problemas sociais, a/o assistente social era apenas um profissional que intervinha a favor da classe dominante. Nas palavras de Yamamoto (2004):

Se as organizações através das quais atua o Assistente Social apresentam um nítido caráter de classe, o vínculo com os propósitos destas passa pela *adesão* desse intelectual aos interesses sociais objetivos que aquelas organizações buscam sedimentar no conjunto da sociedade. Essa adesão é um pressuposto para o exercício de seu papel intelectual. Assim, o significado social que a instituição Serviço Social vem desempenhando na sociedade capitalista, na intimidade do poder dominante, não é independente da convivência ativa ou passiva de seus agentes, incorporando um *projeto social* que se expressa nos rumos assumidos por sua prática. Isto remete à necessidade de compreender quem é o profissional de Serviço Social e as mediações peculiares existentes em suas relações com as classes sociais. (p. 48, grifos da autora)

A perspectiva positivista funcionalista existente na grande área das ciências sociais e humanas existe dentro do Serviço Social, expressando-se em diversas técnicas de atuação ao longo dos anos, a medida que o desenvolvimento socioeconômico brasileiro modificava-se e, por conseguinte, as demandas da classe trabalhadora enquanto usuária das políticas públicas demandava outras formas de resposta do Estado. Seja através do Serviço Social de Caso, de Grupo ou de Comunidade, a contradição na atuação persistia, pois o método de análise

continuava a focar nos indivíduos como os próprios geradores de seus problemas e em ajustamento de condições de existência como resposta quando, na verdade, os condicionantes tinham caráter estrutural e demandavam modificações mais profundas.

No entanto, tais leituras e perspectivas de análise da totalidade ainda eram muito pouco difundidas a nível nacional, ainda mais dentro do Serviço Social. Esse diálogo com diferentes escolas de Serviço Social no mundo (mais acentuadamente a franco-belga, ligada à Ação Católica; e a norteamericana, com seu expoente principal em Mary Richmond) gerou um sincretismo (NETTO, 1992) dentro da profissão, problemático, pois, além de leituras e práticas que não conseguiam responder à altura as necessidades sociais postas, o ecletismo levou as/os profissionais a misturarem autores/as e teorias que não possuem convergência ou diálogo (às vezes até opostos) e também à uma falta de compreensão do espaço de atuação da/o assistente social e de quais são suas competências.

Esse período inicial do Serviço Social brasileiro é conhecido por “Serviço Social Tradicional”. As contradições aparentes no cotidiano profissional advindas dessa intervenção focalizada, em diálogo com as mudanças sociais que aconteciam no país, demandavam novas respostas e perspectivas de atuação diferentes dessas/es profissionais - ainda que não buscassem um rompimento da perspectiva política de atuação; o assistente social seguia como um profissional a serviço da classe dominante.

Na década de 1960, diante das contradições postas nesse processo, advindas da luta de classes, das diferentes perspectivas sociais em disputa e num contexto de efervescência política em toda a América Latina, também a profissão será um campo de disputas e é nesse contexto que surge o “Movimento de Reconceituação”.

Esse movimento existiu por todo o continente latinoamericano, buscando ir além da perspectiva tradicional. Netto (2009a) aponta como, no Brasil, o Movimento de Reconceituação tem relação intrínseca com a autocracia burguesa dos anos 1960 e 1970, só podendo assim ser entendido dentro da dinâmica do capitalismo dependente; as demandas sociais e os movimentos populares estavam em efervescência naquela quadra histórica e com a experiência da Revolução Cubana fresca e instigante dentro do continente. Essa conjuntura, aliada à influência estadunidense no continente, demandou dos Estados burgueses respostas mais

firmes às necessidades dos trabalhadores de forma a evitar que a experiência revolucionária se espalhasse pelo território. Ainda de acordo com Netto (2009a), o movimento desdobrou-se em três principais tendências: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura. As duas primeiras de forma a racionalizar a atuação profissional dentro das relações sociais vigentes e a última partindo de raízes críticas, objetivando construir um projeto profissional que dialogue com um projeto societário alternativo.

Para os objetivos desta pesquisa, não esmiuçamos o Movimento de Reconceituação em sua totalidade. É mais interessante aqui apontar como a Intenção de Ruptura foi o momento inicial da teoria social crítica dentro do Serviço Social brasileiro. Foi a partir desse Movimento que pesquisadores/as e profissionais da categoria, sobretudo em fins da década de 1970, em um contexto sociopolítico de esgotamento da ditadura militar e fortalecimento dos movimentos sociais, começaram a ter contato maior com autores marxistas³ e passaram a incorporar o método crítico dialético nas formulações da categoria.

A partir dos marcos da teoria social crítica, as/os profissionais colocam uma intenção crítica em sua atuação a favor da classe trabalhadora, criando uma contratendência às perspectivas conservadoras dentro do Serviço Social. Esses processos têm como síntese um projeto ético-político profissional com postura crítica, mas ele não se finda em algum lugar ou momento específico: ele segue atual e em construção, justamente pela configuração societária não ter sofrido mudanças estruturais. Isso traz à luz a necessidade de pensar projetos profissionais em diálogo com projetos societários, como Teixeira e Braz (2009, p. 188) apontam:

tal identidade coletiva que o projeto profissional suscita surge em meio aos contraditórios interesses de classe que determinam o Serviço Social. Por isso, ele só pode ser pensado em relação a um projeto de maior envergadura: o projeto societário.

No contexto da reconceituação, a organização política da categoria foi muito significativa para a construção desses acontecimentos de forma crítica. Vide a história conservadora da profissão e os avanços na tecnicização de sua atuação; a formulação de estratégias de maneiras coletivas tanto entre os nossos pares, de forma sindicalizada ou em conjunto com os movimentos sociais da época, como

³ Não necessariamente com Marx; a análise da atuação profissional a partir dos escritos marxianos foi realizada pela primeira vez, de maneira mais sistematizada, por Iamamoto e Carvalho, em 1982.

Duriguetto e Rezende (2019) ilustram bem, foram movimentações essenciais para a disputa da atuação profissional. Apesar de produções mais iniciais desse movimento ainda terem algumas problemáticas necessárias de atenção, como a forma mais manualesca do Método BH, sua importância histórica é inegável para compreendermos os movimentos internos de desenvolvimento da visão crítica do Serviço Social.

Aqui é importante destacar como o Serviço Social nunca esteve ausente da política; se ao longo da história da profissão esse aspecto se mostra velado, omitido ou oculto, o que o cenário político no qual esse movimento aconteceu nos mostra é como isso se tornou insuficiente para uma parcela expressiva da categoria. Frente aos acirramentos colocados pelo governo ditatorial, houve aqueles que aceitaram e se beneficiaram das barbáries disseminadas, mas houve aqueles que, apesar de tardiamente (Netto, 2009b, p. 30), se organizaram e opuseram à autocracia burguesa e ao conservadorismo presente na profissão. Na palavras de Netto (2009b):

Mesmo que se distinga (distinção, aliás, legítima) a *dimensão necessariamente política* do Serviço Social tomado como exercício profissional da sua *políticação* (e, eventualmente, da sua *partidarização*), há que sublinhar que ambas acompanham toda a história da profissão no Brasil. Numa palavra: também no Brasil, os assistentes sociais sempre participaram da política, conscientemente ou não (e ressalte-se que a omissão é, em geral, a forma mais inconsciente de participação política). (p. 27, grifos do autor)

A perspectiva crítica existente no movimento de reconceituação é eixo nodal para a discussão aqui apresentada: apreender a incidência dessa perspectiva na atuação profissional do Serviço Social nos possibilita vislumbrar como a dimensão político-pedagógica da profissão se expressa numa tendência conservadora ou emancipatória. Para isso, precisamos entender o que foi a intenção de ruptura e seus desdobramentos no Serviço Social brasileiro.

2.2 Os ventos da mudança: intenção de ruptura, Congresso da Virada e o novo projeto ético-político

Conforme Netto (2009a), nesse processo se configurou um movimento de “intenção de ruptura” com o serviço social tradicional e suas bases conservadoras, instituindo-se um marco importante de transformações substanciais para a categoria

e inaugurando um processo de reconceituação dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos da profissão. Ao aproximar-se da teoria social crítica e ver na mesma uma alternativa às mudanças necessárias na profissão e reconhecendo-se enquanto classe trabalhadora, as/os assistentes sociais constroem movimentos sociais e populares em oposição às repressões existentes na época e, nessas ações, buscam formular outras perspectivas de atuação para a categoria (NETTO, 2009b).

Nesse sentido, é necessário compreender a intenção de ruptura não como um episódio estanque na história da profissão, mas sim como movimentos e processos que não se findaram, pois a disputa da profissão segue vigente. O que precisamos destacar aqui é a *continuidade destes processos* na atuação profissional: a própria terminologia utilizada por Netto (2009a), *intenção de ruptura* nos indica como os desdobramentos ocorridos no Movimento de Reconceituação são resultados da luta de classes do capitalismo e que não são processos conclusos, mas sim condicionados à conjuntura de expansão da democracia ou não.

Assim, falar da Intenção de Ruptura é atentar-se também às críticas ao conservadorismo que já se construía no Serviço Social na década de 1950 e que os processos ditatoriais nos anos 1960 e 1970 interromperam (NETTO, 2009a, p. 236). Entender a amplitude do processo tanto no período temporal (não se restringindo às décadas de 80 e 90), mas também dos diversos espaços sociais em que suas ideias se desdobravam, como aponta Netto (2009a):

Nas suas expressões diferenciadas, ela confronta-se com a autocracia burguesa: colidia com a ordem autocrática no plano teórico-cultural (os referenciais de que se socorria negavam as legitimações da autocracia), no plano profissional (os objetivos que se propunha chocavam-se com o perfil do assistente social requisitado pela “modernização conservadora”) e no plano político (suas concepções de participação social e cidadania, bem como suas projeções societárias, batiam contra a institucionalidade da ditadura). O fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possuiu sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu — enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil — das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória. (p.228-29)

A conjuntura sociohistórica da ditadura militar e de seu esgotamento, como aponta Netto (2009a, 2009b), possibilitou que as lutas da classe trabalhadora tivessem maior vazão; nesse processo, o serviço social também se organiza e formula oposições aos processos que aconteciam na época. Para fins

esquemáticos, o referido autor aponta como esse processo se dividiu em três momentos: de emergência, de consolidação acadêmica e de espraiamento sobre a categoria profissional (NETTO, 2009a, p. 240).

Apontando de forma breve devido ao enfoque desta pesquisa, em meados dos anos 1970, mais especificamente na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, tem-se as primeiras formulações da intenção de ruptura – universidade conhecida pelo espaço que criou o “Método Belo Horizonte”. Esse método, que bebeu na fonte de experiências do Serviço Social chileno, tinha como base mudanças curriculares na formação em Serviço Social de forma a alinhar a formação profissional à educação política da classe trabalhadora e à transformação da sociedade. Sua experiência foi ímpar para impulsionar as mudanças subsequentes no Serviço Social brasileiro: em outras universidades, como em São Paulo, Rio de Janeiro e Campina Grande, gestam-se outras massas críticas (NETTO, 2009a, p. 243) e seus desdobramentos são mais significativos no campo das produções devido ao momento de transição democrática que ocorria no início dos anos 1980.

Nesse processo, um marco histórico importantíssimo para o Serviço Social, como apontam Duriguetto e Rezende (2019), foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Popularmente conhecido como “Congresso da Virada”, houve toda uma organização política por parte da categoria profissional, compreendendo a necessidade de construir uma posição de enfrentamento ao conservadorismo presente no congresso daquele ano. Através de encontros prévios para debater as experiências profissionais nos âmbitos sindicais, foi possível fazer uma articulação progressista expressiva para o Congresso que, apesar de espaço máximo de discussão e encontro de profissionais da área, não teve um caráter de massas e democrático como se julgou necessário; sendo a postura autoritária e discriminatória, reflexo do governo ditatorial, criticada e rechaçada no manifesto inicial apresentado por esse grupo articulado. Segundo Netto:

Essas sumárias observações parecem minimamente bastantes para justificar a qualificação do III Congresso como um episódio de significação histórica para o Serviço Social no Brasil. Depois dele – e não por acaso – o Serviço Social, neste país, nunca mais foi o mesmo. Mas cabe aduzir, ainda, a sua grande lição: a sua realização demonstra, como numa conjuntura favorável, uma vanguarda de assistentes sociais sintonizada com as tendências mais substantivas da realidade, capaz de superar suas

diferenças adjetivas para lutar por um objetivo essencial e estabelecer alianças, inclusive externas à categoria – pode efetivamente transformar representações e práticas mais que consagradas da sua profissão (2009a, p. 35).

O legado do III CBAS para a categoria profissional se expressa em diversas vertentes: a politização da profissão passa a acontecer, de fato, de uma forma consciente e crítica; inaugura-se uma nova direção política à esquerda, rompendo com a falsa ideia de neutralidade antes colocada; as entidades da categoria são reorganizadas, além de se realizar a revisão dos conteúdos jurídicos e de formação da profissão. Essas mudanças são a materialização do comprometimento com as lutas da classe trabalhadora e *a compreensão de que as/os profissionais também são classe trabalhadora*. Essa compreensão é essencial para o combate às concepções voluntaristas, fatalistas e/ou messiânicas que existem na profissão, por exemplo. Compreender que o Estado está dentro das relações antagônicas entre as classes sociais - bem como as políticas sociais formuladas por seus agentes (entre eles, o Serviço Social) - e a necessidade de pensar criticamente essas relações é parte essencial dessa virada teórico-metodológica da profissão.

Em termos legais, também é possível apontar novas referências a partir desse momento: o Código de Ética⁴ e a Lei de Regulamentação Profissional, lei nº 8662⁵, ambos publicados em 1993 e as Diretrizes Curriculares do Serviço Social em 1996⁶ são as mais importantes a serem citadas aqui. Estes novos dispositivos de regulamentação profissional são parte de um novo projeto profissional do Serviço Social, que institui em diversos âmbitos, os horizontes da atuação profissional e os

⁴ O Código de Ética demarca os princípios fundamentais do fazer profissional do Serviço Social, tendo como base a liberdade e a justiça social, bem como a democracia plena. Entendendo aqui que as perspectivas de liberdade e democracia colocadas faziam forte contraponto às perspectivas ditatoriais recentes na história brasileira da época, ambas dialogavam com concepção de respeito à pluralidade, que se expressa ao longo dos 11 princípios do Código. Além disso, é importante destacar como este documento aponta a necessidade de construir um novo projeto profissional, atrelado a um novo projeto societário, para a consolidação dessas perspectivas. Depois de explicitar os princípios que fundamentam o atual Código de Ética Profissional, são regimentados 36 artigos sobre o exercício profissional; navegando desde direitos e deveres da categoria às proibições e penalidades em relação às suas ações profissionais.

⁵ Nesta lei estão organizados os pré-requisitos para o exercício profissional; as competências e atribuições privativas das/os assistentes sociais, bem como das novas entidades jurídicas da categoria (conjunto CFESS/CRESS); além de disposições iniciais sobre o ensino e o estágio em Serviço Social em território brasileiro.

⁶ Como consta no site da ABEPSS (2022), “As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sociohistórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.”

aportes que embasam essa atuação. A compreensão da coletividade desses dispositivos, orientados por uma noção crítica da realidade, é entendido enquanto Projeto Ético-Político (PEP).

A construção de todos esses movimentos históricos – os giros metodológicos, os novos aparatos legais para a atuação profissional, os profícuos diálogos e construções de movimentos sociais por parte da categoria profissional – corroboram com a nova perspectiva de projeto profissional demarcada pelo Serviço Social. Esse projeto profissional estabelece diálogo com um projeto societário alternativo ao vigente, no qual a classe trabalhadora tenha emancipação social e política de fato. No entanto, conforme aponta Netto (2006), é importante diferenciar o projeto profissional do projeto societário – e assim, nesse diálogo, podemos entender o projeto ético-político.

Netto (2006, p. 2) traz a seguinte definição de projetos societários:

Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos *macroscópicos*, como propostas para o *conjunto* da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, de que trataremos adiante) não possuem este nível de amplitude e inclusividade.

Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduziram a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade, como constataram, entre outros, Harvey (1996) e, entre nós, Antunes (2001). (grifos do autor)

Sobre os projetos profissionais, ainda citando Netto (2006, p. 4), temos:

Os projetos profissionais *apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).* (grifos do autor)

Em suas discussões, Netto (2006) ainda aponta como o projeto profissional demanda uma organização forte de seus profissionais para efetivar sua defesa, além de destacar a questão do pluralismo: nas palavras do autor “todo corpo profissional é um campo de tensões e lutas” (p.5), destacando, assim, como as divergências e

contradições coexistirão no mesmo universo de um projeto profissional que tenha conquistado hegemonia.

Netto (2006) aponta a necessidade de compreensão do contínuo desdobramento desse projeto, que ele também se configura como um processo; as condições históricas para as disputas realizadas pela classe trabalhadora nos anos 80 e 90 bem como as discussões sobre o redimensionamento da formação profissional foram essenciais para a consolidação da hegemonia desse projeto profissional vinculado a um projeto societário alternativo.

Projeto esse pautado na liberdade historicamente concebida e com uma dimensão política orientada pela equidade e pela justiça social, entre outros princípios que aparecem pautados no Código de Ética de 1993 da profissão, nas Diretrizes Curriculares desenvolvidas pela ABEPSS em 1996 e nas discussões da categoria nos espaços de formação profissional. Essa multiplicidade de dimensões e expressões do projeto vem justamente da compreensão da totalidade de análise necessária à formação e atuação profissional para o Serviço Social intervir na realidade. Nesse sentido, Teixeira e Braz (2009) apontam os elementos constitutivos deste projeto em:

- Princípios e valores ético-políticos;
- Matriz teórico-metodológica que ancora a profissão;
- Crítica radical à ordem social vigente que produz riqueza e miséria;
- Lutas e posicionamentos políticos da categoria ao longo da história;

Apesar destes avanços, os autores pontuam como o Projeto Ético-Político não se efetiva integralmente na sociedade e o não reconhecimento do PEP por parte da categoria nas suas ações efetivas: o projeto profissional do Serviço Social é, de fato, incompatível com a sociedade capitalista, mas também é fruto de suas contradições. Nesse sentido, é necessário levar isso em consideração ao planejar as ações no cotidiano, de forma a construir respostas que materializam essa visão coletiva, compreendendo que esse projeto profissional vincula-se a um projeto societário alternativo ao vigente e o pluralismo presente na categoria.

Entender o Projeto Ético-Político profissional é parte fundamental dessa nova perspectiva teórico-metodológica que se começa a construir na profissão a partir da intenção de ruptura. Apesar das amplas conquistas frente às adversidades

colocadas à categoria nos anos ditatoriais, elas apenas aconteceram devido à constante movimentação de parte da categoria para procurar estratégias que não apenas entregassem respostas à gestão, mas que também atendessem às demandas colocadas pelos usuários das políticas e às demandas da própria categoria, enquanto classe trabalhadora.

Assim, olhar para a contemporaneidade do Serviço Social brasileiro se coloca enquanto uma necessidade para os profissionais. Entender os desdobramentos da luta de classes e das contradições entre capital e trabalho no momento presente é fundamental para continuarmos construindo contratendências ao conservadorismo que se coloca na profissão e na sociedade. Quais foram as mudanças na sociedade nas três últimas décadas? Onde o Serviço Social se encontra nessa conjuntura? São essas as questões que procuramos responder nas próximas páginas.

2.3 Serviço Social na contemporaneidade: até que ponto nos transformamos de fato?

A história do Serviço Social mostra uma bagagem de muitas disputas dentro da sociedade e da profissão, olhar para a contemporaneidade e entender como essas disputas acontecem no presente é tão necessário quanto entender a história. Nos últimos 30 anos, o cenário político-econômico tanto do Brasil, quanto do mundo, passou por mudanças aceleradas. Em nível global, os anos 1990 inauguram um novo marco histórico nas relações internacionais com o Consenso de Washington⁷ e o avanço do neoliberalismo⁸ nos países da América Latina.

⁷ Tido como um receituário para os países subdesenvolvidos pretensamente acelerarem seu desenvolvimento, as premissas formuladas nesse encontro apontavam para uma série de ações que prejudicavam as econômicas internas desses países em nome da cooperação econômica e concessão de empréstimos entre instituições e estas nações. Entre essas premissas, é possível apontar questões como privatização de empresas estatais; reformas fiscais e tributárias de forma a diminuir os impostos de empresas em solo nacional; diminuição no protecionismo para abertura econômica e comercial de investimentos estrangeiros; desregulamento progressivo de leis trabalhistas, entre outras questões. Ver mais em BATISTA, 1994.

⁸ Para a definição de neoliberalismo, citamos Harvey (2011, p. 12) “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. (...) As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício.”

Nesse mesmo período, o Brasil acabava de sair do período ditatorial e recém passava pelas suas primeiras eleições presidenciais de forma direta em quase 30 anos e concluía uma nova Constituição. A Constituição Federal de 1988 trouxe novas perspectivas de legislação social para o País, sendo redigida com os acúmulos de muitos movimentos sociais da época, com atenção especial para a Reforma Sanitária e os avanços apontados nos direitos relacionados à saúde. Este documento marca também uma nova perspectiva de Seguridade Social no Brasil, conforme consta no artigo 194 da Carta Magna.

Os novos princípios apontam algumas mudanças substanciais nas legislações sociais: a universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; o caráter democrático e descentralizado da administração mediante gestão quadripartite - esses são alguns elementos que mostram um esforço em pensar os direitos sociais em sua totalidade de existência e construção. É possível ver, também, essa perspectiva mais democrática gerida a partir da Reforma Sanitária, nas leis orgânicas criadas subseqüentemente, onde é regido a operacionalização dessa seguridade, mesmo que com limitações. (MENDES, 1995)

No entanto, apesar dos avanços apresentados, é preciso atenção às formas de aplicação e legislações seguintes. Dentro do contexto neoliberal que avançava no continente, a perspectiva de privatização de serviços públicos e recuos nos direitos conquistados já aparecia no Brasil; sob os governos entreguistas de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a execução da Seguridade Social na realidade brasileira foi sabotada desde seu princípio. Enquanto a Previdência possui um caráter contributivo e por isso ainda muito almejada em termos de recursos, a Assistência social e a Saúde possuem caráter não contributivo e demandavam reformas estruturais para sua aplicabilidade acontecer de forma plena - que não aconteceram pelo alinhamento político destes governos. Como aponta Behring (2009, p.9), na lógica neoliberal as políticas sociais devem ser acessadas via mercado e:

(...) nessa perspectiva, os benefícios, serviços e programas sociais deixam de ser direitos sociais para se tornarem direito do consumidor. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos, já que há resistências e sujeitos em conflito nesse processo eminentemente político, vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (NETTO, 1993).

Tais discussões são pertinentes para entender o contexto no qual se desenvolve a profissão e as próprias condições de existência da categoria profissional, incidindo nas disputas em todo do projeto profissional. Sendo o Serviço Social uma das profissões responsáveis pelo planejamento, formulação e execução das políticas públicas, a categoria é diretamente afetada por essa guinada privatista do capitalismo no final do século 20.

Iamamoto (2019) traz uma série de apontamentos importantes sobre as tendências recentes de cariz liberal que vem interferindo nas respostas institucionais às expressões da questão social no cotidiano brasileiro, que podem contribuir muito para a reflexão sobre como está a atuação do Serviço Social brasileiro na atualidade. Entre elas estão: os condicionantes de acesso às políticas públicas visto muito nos programas de assistência especificamente, expressam a “reforço do individualismo e a responsabilização da família trabalhadora pela ultrapassagem dos níveis de pobreza” (p. 51); a moralização da questão social através de subjetivação das necessidades da população usuária, onde se coloca essas necessidades no campo moral ou afirmando que as respostas podem advir de processos psicologizantes, individuais ou familiares; e a assistencialização da barbárie através da criminalização de suas manifestações, onde a atuação de assistentes sociais pode retomar a antiga perspectiva de repressão existente nos anos iniciais da profissão, bem como, em nome da burocracia estatal e do controle social, podem ter posturas antiéticas e invasivas com os usuários das políticas sociais.

Nessa movimentação no cenário econômico, com a incidência da perspectiva neoliberal no Estado, são desenhadas novas respostas para mediar as mazelas entre capital e trabalho. Iamamoto destaca a ideologização da pobreza, como um fracasso individual ao ingressar nos espaços de trabalho e, como forma de “diminuir os gastos”, aponta-se o empoderamento individual como resposta a este processo (2019, p. 53). Ainda citando a autora, a perspectiva neoliberal atua a partir de uma ativa *precarização pela privatização*: o aparato público não é gerido da forma necessária; as verbas para manutenção de espaço, contratação de pessoal, implementação das políticas sociais, entre outras necessidades, é diminuída e distribuída para outros setores do governo, criando a falsa ideia de que *o serviço público é ruim, precisamos privatizar para funcionar*.

O Serviço Social tem no Estado e nos aparelhos da máquina pública o seu principal empregador, o que coloca o profissional dessa categoria numa posição de ser afetado diretamente pelos artífices do neoliberalismo, tanto no âmbito pessoal (com a falta de reajustes salariais e mais recentemente a PEC 32/2020, por exemplo), quanto no âmbito profissional, sujeitando-o à malabarismos para tentar dar conta das demandas ou mesmo conformismo com as precárias condições existentes. Nesse contexto, a defesa e a construção consciente de um projeto profissional vinculado a um projeto societário alternativo se mostra uma necessidade muito atual.

Nesse sentido, entender as movimentações políticas e econômicas da sociedade brasileira é essencial para entender o Serviço Social. Se a conjuntura do final da ditadura/período de transição democrática foi de mais fôlego para os movimentos sociais, como aponta Netto (2009b), nos anos 90 o cenário se modifica. As modificações no mundo do trabalho e o avanço das pautas neoliberais na América Latina trazem novas dimensões para os debates do Serviço Social. Como aponta Yazbek (2009):

Trata-se de um contexto em que são apontadas alternativas privatistas e re-filantropizadas para questões relacionadas à pobreza e à exclusão social. Cresce o denominado terceiro setor, amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas, não lucrativas, sem clara definição, criadas e mantidas com o apoio do voluntariado e que desenvolvem suas ações no campo social, no âmbito de um vastíssimo conjunto de questões, em espaços de desestruturação (não de eliminação) das políticas sociais, e de implementação de novas estratégias programáticas como, por exemplo, os programas de Transferência de Renda, em suas diferentes modalidades. (p. 16)

Nos anos 2000, tem-se a eleição de Luis Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil e, apesar do histórico de combatividade que o Partido dos Trabalhadores (PT) teve na história do Brasil, é a perspectiva conciliatória entre os interesses das classes que predomina neste governo ao assumir a gestão do país. Porém, como Marques e Mendes (2007) apontam, não há real possibilidade de servir a dois senhores. Ao se propor conciliar os interesses do capital e da classe trabalhadora, os governos petistas dão continuidade no processo de precarização das políticas sociais no período pós-ditadura no Brasil.

Os reflexos desses processos políticos na implementação das políticas públicas se dão de diversas formas. Um exemplo é a precarização dos vínculos de

trabalho: ao invés de priorizar contratação de profissionais qualificados, por meio de concurso público de forma a estabelecer fortes vínculos de trabalho, vem aumentando os processos seletivos que dificultam o desenvolvimento de processos qualitativos nos espaços de trabalho, não apenas, mas também pela fragilidade dos vínculos. A precarização desses vínculos dificulta a defesa do projeto ético-político nos espaços das políticas públicas, bem como o próprio combate ao conservadorismo ainda presente na profissão.

Para além dos espaços institucionais que precisamos analisar, os movimentos sociais também passam por modificações nas últimas três décadas. A mudança do enfoque das lutas de muitos movimentos sociais para as políticas públicas, como trazem Duriguetto, Souza e Silva (2009), denota uma despolitização desses espaços e uma dificuldade em superar pautas imediatistas. A reaproximação com os movimentos sociais no exercício profissional se faz uma necessidade, frente a uma maior institucionalização do controle social em conselhos e conferências e compreendendo a necessidade de construção das lutas populares em consonância com projetos societários alternativos.

Neste cenário, a dimensão pedagógica do Serviço Social segue presente e se expressa no cotidiano das ações profissionais. Se essa profissão é criada para mediar os conflitos entre as classes e historicamente possui um caráter conservador, nos momentos de crise do capitalismo e acirramento das disputas colocadas é possível ver o surgimento de contratendências à atuação profissional e é nesse processo de disputas que o caráter iminente político da profissão pode ser explicitado. Assim, compreender sua história e seus inerentes processos de disputa enquanto profissão inserida na divisão socio-técnica do trabalho é essencial para discutir o caráter pedagógico de suas ações.

3. A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

*"Desce até a origem das coisas
 Encara a ferida que liga a desgraça a você
 Tece, com raiva e paciência
 As tramas da fuga pra além dos pulmões do poder
 Jura vingança ao massacre
 Cultiva a recusa e abraça aqueles que estão
 sempre a contravento em contramão"
 (Incêndios, El Efecto)*

Após localizar o Serviço Social brasileiro em seus desdobramentos históricos, olhar com mais atenção os processos políticos intrínsecos à atuação profissional, podemos destrinchar o que faz da dimensão político-pedagógica um objeto de estudo tão interessante. Se partimos da premissa que o Serviço Social é uma profissão criada para mediar as contradições sociais, ao passo que é, também, determinada pelas mesmas, precisamos entendê-las para melhor formularmos nossas estratégias enquanto categoria a partir do projeto profissional. Nesta seção debatemos um pouco sobre ideologia, o Estado enquanto espaço de reprodução da ideologia e as implicações disso para o Serviço Social no aspecto político da profissão, com o objetivo de debatermos o que é a dimensão político-pedagógica da atuação profissional e suas tendências na contemporaneidade.

3.1 Sociedade e suas disputas: a relação entre Estado, ideologia, classes e Serviço Social

Ao falar do Serviço Social, é quase impossível não falar do Estado: seja enquanto o principal vínculo empregatício profissional seja enquanto um dos espaços de composição da vida em sociedade, entender sua função, suas limitações e contradições no capitalismo é essencial para o trabalho da/o assistente social. A teoria social crítica possui formulações valiosas sobre a conexão do surgimento da propriedade privada, do capitalismo e do Estado concomitante ao surgimento da família nos moldes atuais em algumas obras, além da própria função na sociedade capitalista e a necessidade de sua extinção na construção de projetos societários alternativos. (ENGELS, 1976)

Em seu conceito clássico, o Estado moderno aparece como um aparelho coercitivo em sua constituição pós Revolução Francesa - momento histórico de

alteração da concepção de Estado monárquico para Estado republicano. Ao longo dos anos a forma com que o poder do Estado existe e se expressa vai se modificando, acompanhando as modificações socioeconômicas. Apesar da complexificação da definição de Estado ocorrida durante o século 20 com as intensas mudanças do capitalismo como Simionatto (apud Gramsci, 2004) apontou e de sofrer influência da sociedade civil e ser tensionado por ela, em última instância o Estado e seus aparelhos possuem a função de ordenar a sociedade em prol dos interesses da classe dominante. Segundo Engels (1976):

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado (p. 193)

Dentro da discussão sobre Estado, é importante atentar para a condição de dependência existente na América Latina e, em nossa particularidade neste trabalho, no Brasil. Esse traço específico da economia latino-americana coloca diferentes configurações para o Estado nacional. Osório (2014) destaca:

O Estado no capitalismo dependente implica uma condensação das relações de poder e dominação, bem como da construção de uma comunidade num espaço específico do sistema mundial capitalista. Ele é caracterizado pelas relações restritas de soberania frente a formações econômico-sociais e regiões que apresentam exercícios mais plenos em termos de soberanias – na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. (p. 206)

Nessas relações restritas, Osório (2014) infere que as classes dominantes possuem uma “debilidade na estrutura” (p. 207) e que as contradições existentes nas relações com os outros países “são compensadas pelo peso das dimensões autoritárias do Estado e do governo” (p. 207). Ao olhar para a relação entre o Estado e a sociedade, o Serviço Social desempenha funções vitais para a construção de um consenso entre as classes antagônicas. Iamamoto e Carvalho (2001) trazem apontamentos importantes sobre o significado dos serviços sociais dentro da

sociedade capitalista; primeiro, apontam como os serviços sociais são nada mais que transmutações da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora.

Segundo os autores:

Parte da riqueza socialmente gerada é canalizada para o Estado, principalmente sob a forma de impostos e taxas pagos por toda a população. Assim, parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo Estado e pelas classes dominantes é redistribuído à população sob a forma de serviços, entre os quais os serviços assistenciais, previdenciários ou "sociais", no sentido amplo. *Assim é que tais serviços nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade (e em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) sob a forma transmutada de serviços sociais.* (p. 91-2, grifos dos autores)

Ao mesmo tempo, Yamamoto e Carvalho (2001) também destacam como esses serviços são incorporados pelo Estado e pelas classes dominantes, distorcendo o caráter emancipatório que muitas pautas da classe trabalhadora possuem e utilizando-as para interferir na sociedade, exercer o controle social de forma mais direta, entre outras questões. E, nesse sentido, o caráter político da atuação do Serviço Social se expressa claramente nas mediações que os profissionais fazem entre políticas e usuários frente a estas condições colocadas para seu trabalho. Seja de forma consciente ou inconscientemente, pautando uma perspectiva emancipatória ou subalternizante, a/o profissional está inserida/o nas disputas das classes sociais e contribui para suas dinâmicas.

(...) ao defrontar-se com o processo de organização da classe operária, o Estado e as classes patronais incorporam e encampam como *suas* uma série de reivindicações da classe trabalhadora em sua luta de resistência face ao capital e de afirmação de seu papel como classe na sociedade, defesa de salários reais, direito à educação, saúde, cultura, etc. Tais reivindicações, ao serem absorvidas pelo Estado e pela classe patronal, através de suas organizações privadas, passam a ser devolvidas aos trabalhadores sob forma de benefícios indiretos, organizados e centralizados em instituições assistenciais e, agora, outorgados mediante uma estrutura burocratizada, sob o controle do Estado. Assim procedendo, não só debilitam o componente autônomo e, portanto, o caráter de classe das lutas operárias, esvaziando-as, como também reorientam a seu favor o conteúdo e os ganhos da mesma. Passam a utilizar tais conquistas como meio de interferir e de mobilizar controladamente os movimentos sociais, ao mesmo tempo em que deslocam as contradições do campo explícito das relações de classe, absorvendo-as dentro das vias institucionais. As expressões de luta de classe se transformam em objetos de assistência social, e os serviços sociais que são expressão de "direitos sociais" dos cidadãos, transmutam-se em matéria-prima da assistência. (p. 92-3, grifos dos autores)

Nesse processo, as ações desempenhadas pelo Serviço Social estão inseridas na dinâmica de disputa pela hegemonia na sociedade. Para Gramsci (1977), o processo de hegemonia implica:

(...) que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e deve ser dirigente antes da conquista do poder (e esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exercita o poder e também o tem fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser 'dirigente'. (apud SIMIONATTO, 2004, p. 42)

A consolidação dessa disputa da hegemonia também demanda expressividade no campo da subjetividade; a fragmentação e a passividade por parte da classe trabalhadora são essenciais para a construção de um consenso sobre a vida em sociedade. A cooptação e instrumentalização das pautas de luta da classe operária, como apontado acima, é um dos instrumentos para esse processo de controle social necessário para hegemonia capitalista.

Para que se tenha uma coexistência entre setores antagônicos na sociedade, as contradições estruturantes existentes precisam ser veladas e a construção de um consenso sobre as condições desiguais de viver precisa ser sedimentado. Esse processo de filosofia de vida, de visão do que é e deve ser a vida em sociedade, chama-se de ideologia. Simionatto (2004) aponta como não existe apenas uma ideologia, existem várias, mas que a classe dominante impõe à classe subalterna como única possibilidade de existência, mesmo que ela seja irracional às massas populares. Conforme Simionatto (2004) aponta, é no senso comum que a classe dominante cristaliza a passividade popular frente aos processos de unificação da consciência humana, boicotando a autonomia histórica que pode resultar em emancipação social e acesso a uma filosofia superior para a coletividade como um todo.

Essa imposição das ideias tidas como corretas por parte da classe dominante se dá tanto através “da posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos (organização escolar, religiosa, imprensa, etc)” (SIMIONATTO, 2004, p. 80), quanto através do poder econômico, o que lhe permite difundir, através dos meios de produção, suas visões e concepções de vida.

As análises marxianas mostram a relação intrínseca entre ideologia, alienação e Estado. Sendo o Estado uma ferramenta submetida à percepção burguesa da vida em sociedade, à *ideologia burguesa*, a concepção de liberdade existente dentro de uma sociedade organizada pelo Estado burguês só é possível de ser assimilada por sujeitos alienados, estranhados de si mesmos e dos processos que os constituem enquanto seres sociais. Segundo Konder (2002):

A existência do Estado como um corpo estranho, que submete a sociedade ao seu controle, impondo a sua ordem, é um sintoma da alienação, do estranhamento - quer dizer, do fenômeno que Marx costuma chamar de *Entfremdung*, em alemão - resultante dos movimentos históricos nos quais os seres humanos que compõem a sociedade atuam muito desunidos e perdem a capacidade de se realizar no mundo que estão empenhados em dominar. (p. 31, grifos do autor)

Ao olharmos para o Brasil, é imprescindível compreender as questões sociohistóricas que constituíram o Estado e a sociedade brasileiros. Enquanto uma sociedade colonizada e sem processos de insurgência que conseguissem derrotar o modo de produção existente, cuja transição de colônia à república se fez pelo alto, nos termos gramscianos; cuja base social carrega as marcas da escravidão e dos processos de superexploração econômica. Nesse sentido, considerando as particularidades da formação social brasileira, entende-se que os processos de consolidação da ideologia da classe dominante terão diferenciações em relação aos processos originários do Iluminismo na Europa.

Na história das sociedades europeias, a ideologia hegemônica refletia os limites dos horizontes burgueses, distorcia a realidade, porém a acompanhava em seu movimento e dava conta de algumas das suas *verdades*. No nosso país, a expressão cultural da reprodução da ordem socioeconômica se servia das ideias adotadas na Europa, mas lhe impingia novas distorções, caracterizando-as como “ideias fora do lugar”, transformando-as em “ideologias de segundo grau”. (KONDER, 2002, p. 138, grifos do autor)

Nesse sentido, entre os vários desdobramentos da luta de classes, o Estado cumpre papel fundamental na disputa pela hegemonia na sociedade pelo caráter ímpar que possui. Impingindo a perspectiva da classe dominante em diversos aspectos da vida social, entre eles no direcionamento das políticas sociais, é possível apontar como o Serviço Social é peça fundamental destes processos. Estejam seus profissionais conscientes ou não do caráter político-ideológico que suas ações possuem, são eles os executores das políticas junto da população usuária.

Somente o Estado tem a capacidade de apresentar interesses sociais limitados como interesses societários de toda a comunidade, ou seja, como projeto de todos. Foi através dele, portanto, que a nova grande burguesia latino-americana conseguiu impor seu novo padrão de reprodução e readequar a sociedade para o exercício de sua dominação. A centralidade do Estado foi um elemento fundamental para fortalecer econômica e politicamente os setores que o hegemonizaram. (OSÓRIO, 2019, p. 220)

Assim, analisando o papel que o Estado cumpre na sociedade capitalista e nas disputas pela hegemonia da classe dominante, entendemos que a dimensão política de suas ações também se expressa na atuação profissional do Serviço Social. Enquanto uma profissão inserida na divisão social do trabalho (IAMAMOTO & CARVALHO, 2001) e majoritariamente ligada ao Estado, para analisarmos a dimensão político-pedagógica do Serviço Social, precisamos, mesmo que brevemente, elucidar as dinâmicas e disputas existentes na sociedade, no Estado e como isso atravessa a profissão.

Dessa forma, não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente, da atuação do profissional. Ora, sendo integrante dos aparatos de poder, como uma das categorias profissionais envolvidas na implementação de políticas sociais, seu significado social só pode ser compreendido ao levar em consideração tal característica. (IAMAMOTO & CARVALHO, 2001, p. 79)

Os apontamentos apresentados aqui não pretendem esgotar as discussões sobre a relação entre Serviço Social, Estado e hegemonia. Entendendo o foco desta pesquisa, procuramos trazer alguns elementos iniciais para termos capacidade de analisar o que nos propomos: como a dimensão político-pedagógica se expressa na atuação profissional da/o assistente social? Como os conflitos da luta de classes influenciam essa atuação? Procuramos discutir estas questões a seguir.

3.2 A dimensão político-pedagógica do Serviço Social: tendências e contratendências

Ao discutir a dimensão político-pedagógica do Serviço Social, é intrínseco ao processo de discussão falar de atuação profissional e Projeto Ético-Político. Conforme já apontamos aqui e outras/os autoras/es antes de nós, a atuação profissional não está isenta de caráter político; ela implica, necessariamente, posicionamentos em seu cotidiano que desdobram consequências favoráveis a uma

classe ou a outra. O que faz diferença para saber qual projeto societário, e por tabela para qual classe, a/o profissional coordenará seu trabalho, é justamente o projeto profissional que orienta sua atuação.

Entendendo um pouco do que é o Serviço Social no contexto brasileiro e seu principal espaço de atuação, o Estado e as políticas públicas, é possível ver a incidência que a atuação profissional de assistentes sociais têm nos processos de organização da cultura de uma sociedade. Enquanto sujeitos inseridos na dinâmica social da luta de classes e da disputa por hegemonia, partimos da premissa gramsciana (apud ABREU, 2002) de que a pedagogia inscrita nas relações não se restringe às relações escolásticas, mas sim que ela está presente em toda a sociedade como um todo e em todos os indivíduos em suas relações com seus pares. Especificamente para o Serviço Social:

“... a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social.” (ABREU, 2002, P. 17)

Em seus trabalhos, Abreu (2002, 2004) traz formulações acerca de perfis pedagógicos existentes no Serviço Social brasileiro e suas relações com as classes sociais existentes. Na atual organização societária existente, a posição da/o assistente social possibilita que os vínculos estabelecidos entre usuários e profissionais caminhem de forma a favorecer ou a classe trabalhadora ou a classe dominante. O ocultamento das relações pedagógicas no nexo entre estrutura e superestrutura resulta na mistificação das relações sociais e, colocadas com um fim em si mesmas como forma de integração e promoção de bem estar social, servem para os interesses da classe dominante. Devido ao caráter persuasivo e exploratório que assumem, contribuem para a fragmentação da classe trabalhadora e a construção dos processos hegemônicos de dominação ao aprofundar as relações de subalternização pelo consentimento passivo desses sujeitos.

A ausência de discussão sobre os processos educativos da atuação profissional pode desembocar em dois processos. O primeiro deles é contribuir para o referido ocultamento; o segundo é contribuir para que o profissional, mesmo que concordando e crendo defender um projeto comprometido com a emancipação

humana, construa uma atuação contraditória e que reforce uma pedagogia moralizante e disciplinadora.

Para essa atuação, Abreu (2002, 2004) traz a designação de *pedagogia da ajuda*: com grandes influências do Serviço Social estadunidense e europeu, com destaque para as contribuições de Mary Richmond, essa perspectiva se embasa em um processo psicossocial de individualização das expressões da Questão Social. Sem uma análise da totalidade que engloba os problemas dos usuários, restringindo-os ao aspecto individual, a atuação profissional é resumida a uma assistência de cunho moralizador, buscando a reintegração social daquele sujeito.

Encontro uma substancial explicação sobre a *psicologização das relações sociais* e, conseqüentemente, da questão social, na literatura do Serviço Social, com destaque para as argumentações de Netto (1992), Yamamoto (1992) e Verdès-Leroux (1986). A partir dessas referências, é possível entender que o movimento do capital monopolista ressitua a dimensão individual pela mediação das políticas estatais no enfrentamento das sequelas da questão social. Estas são focalizadas como problemas sociais específicos, por intermédio de políticas setorializadas e transfiguradas em problemas pessoais privados. Esta transmutação ideológica efetiva-se por meio de uma complexa rede de relações que redimensiona as fronteiras entre as esferas pública e privada, com a subsunção dos espaços privados à lógica particular dos movimentos de acumulação e reprodução próprios do capital, em sua fase monopólica. (ABREU, 2002, p. 86, grifos da autora)

Outra atuação profissional possível de ser apontada na lógica disciplinadora é o que Abreu (2002) chama de *pedagogia da participação*. A partir da ideologia desenvolvimentista modernizadora, essa perspectiva de atuação da/o assistente social redimensiona a função educativa da profissão, indicada pela autora em três vetores: “psicologização das relações sociais: manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; e, combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao “novo” ordenamento econômico e social sob o domínio do capital.” (p. 107)

O que Abreu aponta como “novo” ordenamento econômico” é possível colocar aqui como o avanço da organização do capitalismo monopolista no pós II Guerra Mundial; o imperialismo norte-americano, almejando aprofundar as relações de dependência e supremacia que estabeleceram, disseminam a perspectiva ideológica da subalternidade através de múltiplos processos. Desde o campo diplomático com organismos como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU), econômico e, para os interesses deste

trabalho, no âmbito do Serviço Social, o fomento de propostas de Desenvolvimento de Comunidade. Ampliando a perspectiva da “ajuda” para uma “ajuda mútua” na lógica de participação popular dentro da dinâmica industrial que se capilarizava no país, as movimentações visíveis no Serviço Social e em outras profissões que foram chamadas a atender as demandas sociais de forma mais técnica, é de um aprimoramento no fazer profissional de fato, mas sem cortar os vínculos com as raízes tradicionais e conservadoras.

O *boom* nas universidades que aconteceu nesse período (anos 1950-60) contribuiu para o salto na formação profissional, mas não necessariamente para uma perspectiva mais crítica - é nesse período histórico, em todo o continente, que se tem o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, conforme já referenciado.

Tais definições não significaram rompimento com a perspectiva histórica, nem com a base conservadora de explicação da questão social, que sustentam o Serviço Social em sua formulação denominada tradicional. Mas a reafirmam, aperfeiçoando-a, refinando o cunho tecnicista positivista da intervenção profissional, consubstanciado na tendência à naturalização da vida social e no seu corolário, a psicologização das relações sociais, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, apontam elementos para a superação. (ABREU, 2002, p. 111)

Apesar das problemáticas e das contradições que esses modelos apresentam em suas concepções e execuções, é nessas contradições que se encontraram brechas para o desenvolvimento de estratégias e atuações que contribuam para projetos societários alternativos. É a partir dessas experiências que o Serviço Social buscou viabilizar uma participação popular crítica e procurou referências teóricas e práticas que fossem além da modernização profissional: uma perspectiva de pedagogia emancipatória enquadra-se justamente nesse espaço.

Nesse momento de transformação profissional ao buscar responder às demandas complexificadas das classes subalternas, referido por Netto (2009a) como intenção de ruptura, a categoria passa a olhar para outras experiências de trabalho com a população usuária e outras fontes de estudos para a análise da realidade brasileira. Abreu (2002) aponta as questões ensejadas para explicar o processo que foi o plano de fundo do desenvolvimento desse terceiro perfil - a *pedagogia emancipatória*. Entre essas experiências, a autora cita a Teologia da Libertação e comunidades eclesiais de base (CEBs); uma entrada maior de escritos marxianos e marxistas em traduções originais (ao contrário de momentos anteriores, onde os pensadores brasileiros tinham mais acesso a releituras de

marxistas sobre os clássicos); e lutas de diversos movimentos sociais no Brasil no final da década de 1970, entre outros exemplos.

As referidas lutas desencadearam processos pedagógicos de educação popular alicerçados na visão de Paulo Freire; a compreensão das classes subalternas acerca dos processos produtivos e ideológicos na sociedade, bem como sua inserção crítica nos ditos processos, se coloca como possibilidade de construção de uma nova cultura e de novo modelo de produção. No contexto de esgotamento da ditadura militar, como já apontamos previamente, o Serviço Social estabeleceu vínculos profícuos com movimentos sociais. Essas relações trouxeram muitos frutos, principalmente para a conformação de novas bases teórico-metodológicas para o Serviço Social, como Netto (2009a) aponta.

Assim, as formulações de Marina Maciel Abreu nos permitem analisar: a) como a atuação profissional do Serviço Social possui uma dimensão iminente pedagógica, visto sua inserção na reprodução das relações sociais e b) como essa dimensão pedagógica possui um caráter político, ao entendermos como as disputas da luta de classes influencia a direção que essa pedagogia tem na profissão. No entanto, as obras da autora são do início dos anos 2000, o que demanda de nós um avanço nas análises referentes à atual conjuntura que vivemos.

Como Iamamoto (2019, p.35) aponta, “um radical conservadorismo se alastra nos ordenamentos políticos democráticos minimalistas, com legitimação popular”. Com o avanço do neoliberalismo e da financeirização na América Latina, a pesquisadora destaca o redimensionamento da questão social neste cenário; a fetichização do capital financeiro em “coisa autocriadora de juros, dinheiro que gera dinheiro (D - D’)” (IAMAMOTO, 2019, p. 36) oculta os processos conflituosos de sua origem.

Em sua análise, a autora aponta como as decisões políticas do Estado em efetivar um desmonte e uma privatização das políticas públicas são as condições necessárias para a existência do capital financeiro. Nesse contexto, a percepção do humano se torna algo banal, tratada com indiferença frente às demandas postas pela acumulação de capital. Assim, essas mudanças no tecido social reverberam na profissão e na sua atuação junto aos usuários.

As respostas de matriz individualista e conservadora ganham fôlego em um cenário de retrocessos nos direitos sociais e de avanço de perspectivas conservadoras, como a autora aponta em seu artigo. Dentre os desafios postos ao

Serviço Social na atualidade, lamamoto (2019) destaca a defesa da ampliação da cidadania - e nesse processo, a importância dos princípios éticos profissionais estabelecidos nos anos 90 - frente os tensionamentos de uma profissão assalariada e os avanços da perspectiva mercadológica que o neoliberalismo vem imprimindo às políticas públicas. Ainda citando lamamoto (2019):

Reitero ser necessário qualificar a dupla dimensão do trabalho profissional: 1) a contribuição na reprodução material dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais de qualidade previstos nas políticas públicas; 2) a dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas, em suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo a dimensão coletiva das lutas sociais na construção de uma contra-hegemonia em termos gramscianos. (p.56)

Nesse sentido, Vasconcelos (2015) traz apontamentos muito interessantes sobre os projetos profissionais que existiram no Serviço Social brasileiro desde seu surgimento e o exercício profissional mediado pelos mesmos. Concordamos com a compreensão da autora de que o projeto profissional com influência marxista é o único que, pelo caráter radical que o define, propõe um enfrentamento real ao conservadorismo e busca construir estratégias e contribuições efetivas para a emancipação social. Apesar de orientar o debate teórico da categoria e manter hegemonia nesse campo, "(...) e nos processos organizativos da profissão, *seu maior desafio* é que ele não mediu e nem vem mediando majoritariamente o exercício profissional - independentemente da área de atuação - nem a formação profissional" (p. 299, grifos da autora)

Devido ao predomínio do ensino privado, a precarização do ensino dentro da lógica mercantil, bem como das condições de trabalho, da assistencialização tecnicizada e outros processos derivados da perspectiva neoliberal que se apresenta, a análise de Vasconcelos (2015) aponta como a escolha de projeto profissional pela grande parte das/os assistentes sociais se dá por necessidade de orientar a atuação com alguma direção e não necessariamente por convicção de projeto, compreensão ou capacidade de enfrentar criticamente as demandas a partir da necessidade de usuários. Nas palavras da autora, "como afirmam alguns assistentes sociais e também alunos, quando essa "escolha" é pelo projeto profissional que explicita seu compromisso com os trabalhadores/usuários, "é porque ele é lei e deve ser obedecido" "(p. 303), o que demonstra uma noção legalista e técnica do que é um projeto profissional.

Apesar da boa intencionalidade que as/os profissionais possam ter dentro de diferentes perspectivas de atuação, é importante destacar como, nesse contexto, as consequências de uma prática conservadora, mesmo não derivando de um processo consciente, reforça a perspectiva do Serviço Social como uma profissão do consenso e instrumento da classe dominante. Dentro de uma totalidade de análise, ao reforçar uma dinâmica exploratória e predatória de relações sociais, isso se mostra prejudicial tanto para usuários quanto para os próprios trabalhadores. Em relação aos profissionais, isso vai desde o âmbito pessoal, enquanto sujeitos da classe trabalhadora e tão submetidos às contradições do capitalismo quanto os usuários, quanto ao âmbito profissional, desencadeando processos que podem ser contraditórios ao projeto profissional.

Um *quefazer* histórico que não questiona a estrutura econômico-social do capitalismo (porque seus sujeitos a defendem ou porque, submetidos a ele, ignoram sua natureza) força os assistentes sociais a procurar respostas fora da esfera econômica, frequentemente no “resgate da subjetividade”, que parte de uma concepção de uma natureza humana a-histórica. São respostas e “soluções” que, apropriadas e repetidas de forma acrítica, porque não são captadas criticamente pelo sujeito profissional que desconhece suas verdadeiras intenções, expressam o ecletismo de uma “ética progressista”/“ética burguesa”. Uma ética (burguesa) que, mediada por uma economia política conservadora, quando não reacionária, não consegue esconder sua dubiedade e hipocrisia na medida em que demonstra uma coisa quando objetiva outra, dissimulando seu verdadeiro caráter: explicita sua defesa dos direitos humanos por um lado e explora trabalho e concentra riqueza pelo outro; clama contra a corrupção por um lado e corrompe e sonega impostos por outro. (VASCONCELOS, 2015, p. 322)

Mesmo com todos os avanços acumulados, desenvolvidos e transformados em sínteses pela categoria profissional que apontamos aqui de forma breve - indo desde o Código de Ética profissional às diretrizes curriculares dos cursos de graduação -, os processos subsequentes ao movimento de Intenção de Ruptura não "concluíram" esse ciclo: os quadros teóricos da área hegemonomizam a produção acadêmica com a perspectiva crítica, mas a fundamentação de uma prática cotidiana crítica ainda é um caminho a ser pavimentado pelo Serviço Social brasileiro. Vasconcelos (2015) nos mostra como, neste cenário, defender o caráter pedagógico da atuação profissional se mostra não apenas uma alternativa para o debate profissional, mas uma necessidade frente aos desafios postos devido à articulação possível entre formação profissional, mobilização e organização que essa atividade pedagógica com caráter emancipatório pode assumir.

Apesar dessa potencialidade do trabalho, analisar a realidade em que ele se desdobra é necessário para transformar o potencial em fato concreto - e a realidade nos mostra que o que vem dominando o cotidiano profissional são posturas conservadoras. Um exemplo que explicita o conservadorismo e tem relação direta com a reprodução, pelos/as assistentes sociais, da ideologia burguesa, é o foco da atuação do Serviço Social na instituição social conhecida por “família”, que ocorre desde a gênese da profissão, como aponta Claudio Horst (2018) De acordo com o autor, a perspectiva de ajustamento do sujeito e de um ideal de família é incutida na construção das políticas públicas nacionais, buscando assim uma “intervenção ideológica na vida das famílias da classe trabalhadora” (HORST, 2018, p. 121). A intenção desse enfoque nas políticas públicas é de enquadrar os trabalhadores na lógica de conciliação entre capital e trabalho, harmonizando as relações sociais vigentes no sistema capitalista.

Os estudos acerca do tema família na área do Serviço Social são relativamente recentes; como aponta Horst (2018), durante os anos 70, 80 e parte dos anos 90 a categoria profissional esteve bastante focada na consolidação dos fundamentos teóricos-metodológicos, na possibilidade de alinhamento à esquerda e até mesmo de “negação da família burguesa como objeto de interesse intelectual” (p. 131). No entanto, com a inserção explícita da família na constituição das políticas públicas pós Constituição Federal de 1988, a necessidade de debater sobre família e suas múltiplas expressões, bem como estabelecer novos marcos para o trabalho da/o assistente social, fez-se presente à categoria. Uma premissa crítica necessária para as análises é apontada por Horst (2018):

(...) há uma profunda contradição entre a nossa forma de organização da vida familiar e a possibilidade mais autêntica de desenvolvimento das nossas necessidades e potencialidades, inclusive no campo afetivo. Isso indica que essa forma de vivência não pode ser naturalizada como a única possível de organização familiar e por isso, a necessidade de superá-la sobre essas determinações. Pelo menos por dois motivos:

1) Pelo papel da família na reprodução da ordem burguesa, que tem como missão a transmissão e internalização dos valores dominantes pelos seus membros e para isso é necessário que a violência, a hierarquia e opressão (leia-se Machismo, Racismo e LGBTfobia etc.) sejam reproduzidas cotidianamente no seu interior;

2) Concretamente, ainda que as vivências entre os sujeitos não reproduzam somente a violência esperada de uma sociedade regida pela lei do valor, as famílias da classe trabalhadora, inseridas numa sociedade de classes, ordenada pela propriedade privada, não têm condições de garantir uma proteção aos seus. (p. 131-132)

Entendemos que um olhar classista para a instituição família é essencial para assimilar o que é esse arranjo social e, a partir disso, pensar estratégias de intervenção junto às mesmas no âmbito das políticas públicas. Contudo, a perspectiva hegemônica presente na profissão segue a linha funcionalista já localizada na história e, agora, na contemporaneidade do Serviço Social. Pauta-se numa concepção mais engessada de família, pensada com divisão de funções e papéis; desconsidera-se a perspectiva de classes nas análises, suas contradições inerentes e encara as demandas levadas pelos usuários de forma isolada do conjunto das relações sociais. Assim, “(...) a reiteração de um processo interventivo na lógica do disciplinamento, da responsabilização e da culpabilização das famílias flui como um continuum naturalizado e necessário, embalado pela ideia do protagonismo das famílias.” (HORST, 2018 p. 133)

Destarte, é possível apontar o caráter familista das políticas públicas brasileiras ao identificar como as famílias são consideradas as principais responsáveis pelo bem-estar de seus membros, secundarizando os serviços prestados pelo Estado, conforme Mito *et al* (2018). Esse fenômeno se intensifica com o avanço do neoliberalismo nas últimas décadas, diluindo a responsabilidade coletiva da proteção social e, conforme já apontamos na seção anterior deste trabalho, centralizando as soluções dos problemas no próprio indivíduo; neste caso, a família possui “autonomia” para lidar com problemas que, na verdade, deveriam ser do Estado, mas que a égide do Estado mínimo para direitos sociais descarta. As pesquisas realizadas no artigo supracitado mostram “a prevalência de uma intervenção de natureza conservadora tanto em termos das concepções de família adotadas quanto em relação às suas práticas dirigidas às famílias” (p. 7), evidenciando assim “um distanciamento dos assistentes sociais das proposições defendidas pela categoria profissional a partir de seu projeto ético-político.” (ibidem)

(...) o familismo é um padrão de interrelação reinante na sociedade em que no nível macro social – organização dos sistemas de proteção social – a família é colocada como instituição provedora central de bem-estar e no nível micro social uma rede de mulheres (mães, avós, vizinhas) respondem pelo trabalho familiar, especialmente pelo cuidado. (MIOTO *et al*, 2018, p. 8)

Além disso, é importante para o debate apontar as relações paradoxais entre família e cidadania. Dentro da lógica familista de organização das políticas públicas, o acesso à maioria dos direitos sociais está condicionado aos vínculos familiares

que os sujeitos possuem (com salvaguarda da política de saúde), sendo que esses direitos possuem um caráter universal na Constituição Federal. A própria existência de condicionantes para acesso aos direitos que constituem a cidadania expressa uma relação contraditória entre família e cidadania. Nesse sentido, é importante debater o papel que a família cumpre e ocupa na execução das políticas públicas para que possamos construir uma perspectiva crítica continuamente dentro desse campo, conforme Mito *et al* (2018).

Deste modo, ao olharmos para a relação entre família e ideologia e relacionarmos ao papel do Estado enquanto ferramenta da classe dominante, é possível ver a ideologia burguesa presente na atuação profissional. Apesar das políticas sociais serem institucionalmente universais, dentro da lógica neoliberal e conservadora acabam sendo formuladas e executadas de forma reduzida e focalizada, com perspectivas meritocráticas, com condicionantes ao acesso e visando controle e disciplina da classe trabalhadora.

Iamamoto (2004) traz análises muito ricas sobre o conservadorismo na atualidade, mostrando como a vinculação da perspectiva conservadora a uma filosofia humanista cristã orienta que os profissionais busquem "humanização das condições de vida e de trabalho dos segmentos sociais que constituem a 'clientela' atendida pelo profissional seja proposta como objetivo dentro das condições de trabalho alienado, que não são questionadas." (p. 28) Além disso, essa perspectiva política da atuação conservadora reforça a visão de um Serviço Social à serviço das classes dominantes no controle das tensões sociais, como Iamamoto (2004) brilhantemente coloca:

(...) o Assistente Social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente "técnico-especializado" de suas ações, mas, antes e basicamente, pelas funções de cunho "educativo", "moralizador" e "disciplinador" que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras, ou, mais precisamente, sobre os segmentos destas que formam a "clientela" das instituições que desenvolvem "programas sócio-assistenciais". Radicalizando uma característica de todas as demais profissões, o Assistente Social aparece como o *profissional da coerção e do consenso*, cuja ação recai no campo político. (...) Programas e agentes são mobilizados para detectar, preventivamente, as tensões sociais, e, localizadamente, atenuá-las diante das sequelas derivadas da intensificação do processo de exploração da força de trabalho e de sua contra prática: a presença crescente dos trabalhadores no cenário político da sociedade, organizados na luta por seus interesses corporativos e políticos. As atividades assistenciais recrudescem, especialmente, nos períodos de crise, como contraponto a esse processo de organização coletiva dos trabalhadores, como "soluções" enfeixadas nas mãos do Estado e dos segmentos de classes a ele incorporados. Tais soluções se materializam em programas sociais, que individualizam e pulverizam, mantendo sob

controle, respostas às necessidades de caráter coletivo. (p. 42-43, grifos da autora)

Assim, entendemos que debater a dimensão pedagógica do Serviço Social demanda diálogo com diversas discussões na categoria. Entre as que priorizamos neste trabalho estão: os fundamentos históricos do serviço social; o caráter político da atuação profissional; as disputas existentes na sociedade de classes e nos aparelhos em que a/o assistente social atua; e como essa disputa atravessa sua atuação, especificamente no serviço social brasileiro.

Em um primeiro momento, após partirmos das formulações de Marina Maciel Abreu para as discussões, identificamos um lapso entre a discussão e a produção acadêmica no Serviço Social em relação a esse aspecto da profissão. Portanto, nesta próxima seção apresentamos um mapeamento das produções científicas nos últimos 20 anos nas principais revistas da área de Serviço Social e nas teses e dissertações e analisamos seu conteúdo debatido. Através dessa ferramenta, esperamos entender um pouco mais sobre como a categoria tem formulado sobre essa temática.

4. O DEBATE SOBRE A DIMENSÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

*Acima o firmamento, imenso campo aberto
Nas mãos do arquiteto, o abstrato e o concreto
Trilhando o bom caminho, da bem aventurança
Participante ativo da eterna mudança
(Suave - Forfun)*

Para o levantamento do estado da arte aqui proposto, realizamos uma revisão bibliográfica com as principais referências que encontramos sobre a temática da dimensão pedagógica do Serviço Social, bem como contextualizamos a profissão na realidade brasileira, conforme exposto nos capítulos anteriores. Pesquisas iniciais necessárias ao trabalho que desenvolvemos no campo de estágio mostraram algumas dificuldades em achar produções acadêmicas mais recentes referentes à temática citada - nossa autora de referencia consolidou-se em Marina Maciel Abreu pelas contribuições muito ricas acerca da discussão citada. No entanto, seus trabalhos datam do início dos anos 2000 e a partir disso nos questionamos: *o que aconteceu com a produção teórica em Serviço Social sobre essa temática? Houve avanços relevantes em relação às discussões travadas até os anos 2000? Quais tendências se apresentam nas produções posteriores às elaborações de Marina Maciel Abreu acerca da temática?*

4.1 Como e por quê?: Metodologia e motivações para a pesquisa

Assim, entendemos que a melhor abordagem para o estudo desse tema seria fazer uma pesquisa do tipo *estado da arte* da produção acadêmica do Serviço Social. Determinamos o recorte temporal para o trabalho entre os anos 2002 até 2022, tomando 2002 como ponto de partida por ser o ano que o livro “Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional” de Abreu foi publicado. As bases de dados que utilizamos foram as revistas com classificação A1 e A2 pela Qualis-CAPEAS em Serviço Social e ligadas a programas ou departamentos de Serviço Social. As revistas que se enquadram nas classificações A1 e A2 para a área do Serviço Social e relevantes para esta pesquisa são: *Katálysis* e *Serviço Social & Sociedade* com classificação A1; e *Argumentum, Em*

Pauta, Revista de Políticas Públicas, Ser Social e Textos & Contextos com classificação A2. Além das revistas acadêmicas, também utilizamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para mapear a produção na pós-graduação em serviço social.

Por ser a revista mais antiga da categoria e disponibilizarmos de um acervo físico, decidimos ser interessante para essa pesquisa nos debruçarmos sobre as produções existentes na década de 1990 sobre o assunto na revista “Serviço Social e Sociedade”⁹, da Cortez Editora, referencia na área de Serviço Social e que tem o primeiro volume datado de 1979. Compreendemos que essa análise é potencialmente enriquecedora para este trabalho devido à conjuntura política dos anos 1990 no Brasil e as movimentações que o Serviço Social fazia à época. Em relação a isso, pode-se afirmar que na esteira dos processos de intenção de ruptura forjados na década de 1980, na década de 1990 a profissão esteve muito mais próxima aos movimentos sociais do que nas décadas seguintes, dinamizada por fatores como a estruturação recente dos instrumentos jurídicos da profissão, por exemplo. Assim analisaremos brevemente como essas questões refletem na produção teórica da área acerca da temática proposta nesse TCC.

Os buscadores utilizados foram a última definição a ser feita para esse levantamento, após debates sobre as linhas que pretendemos seguir nessa pesquisa. Entendendo como o papel pedagógico da atuação profissional da/o assistente social é diretamente conectado às disputas por hegemonia dentro da sociedade de classes e o reflexo do alinhamento político enquanto um intelectual orgânico, seja da classe dominante seja da classe trabalhadora, nesse processo, definimos as seguintes palavras-chave (buscadores) para a presente pesquisa:

- “dimensão educativa”;
- “dimensão política”;
- “dimensão pedagógica”;
- “dimensão ideológica”;
- "dimensão politico-ideológica";
- "dimensão politico-pedagógica";

⁹ O recorte temporal que realizamos aqui foi de 1990 - 1997 por serem os anos que tínhamos todas as revistas disponíveis; devido a ausência dos volumes referentes aos anos 1998, 1999, 2000 e 2001, damos um salto para 2002.

Para conseguirmos ter uma maior precisão numérica dos resultados obtidos com essa pesquisa, contabilizamos todos os artigos publicados nas revistas selecionadas durante o período temporal aqui destacado para comparar com os resultados obtidos na pesquisa dos marcadores e com os resultados considerados relevantes para o trabalho. Entendendo que os artigos são resultados de formulações e sínteses acerca das discussões acadêmicas e que nosso objetivo aqui é desvendar a discussão no serviço social acerca da dimensão político-pedagógica, não contabilizamos nesse balanço publicações como editoriais, entrevistas, resenhas e homenagens.

Para a análise dos resultados, devido ao tempo de pesquisa ser relativamente escasso, nossa metodologia de trabalho foi pesquisar com os buscadores acima citados para, em seguida, filtrar os resultados a partir dos títulos dos artigos encontrados, as palavras-chave, os resumos, as conclusões e as referências utilizadas pelas/os pesquisadoras/es. Isso aconteceu pois identificamos na pesquisa que nem todos os resultados debatiam a dimensão político-pedagógica do Serviço Social (alguns trabalhos nem eram dessa área) ou dialogam na perspectiva que abordamos neste trabalho. Assim, para que a análise realizada aqui fosse o mais acurada possível e também devido ao tempo escasso, selecionamos os trabalhos considerados mais *relevantes* para o recorte desta pesquisa seguindo dois critérios: 1) os que são da área do Serviço Social e 2) os que abordam a dimensão político-pedagógica na atuação profissional.

A seguir, apresentamos o mapeamento realizado no formato de tabelas, separadas por espaços de aglutinação: primeiro trazemos os resultados referentes à pós-graduação, nas teses e dissertações, encontrados na BDTD; depois os resultados das revistas A2 aglutinados em uma subseção, seguidos dos resultados da revista Katálysis e por fim, as pesquisas referentes à revista Serviço Social & Sociedade. Na terceira parte desta seção, faremos a análise dos resultados obtidos.

4.2: Resultados: mapeamento e tabulação

4.2.1 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Decidimos iniciar a exposição de dados pelos resultados obtidos nas pesquisas referentes ao debate na pós-graduação em Serviço Social devido à

proficuidade que encontramos nesse espaço. O universo total de pesquisa nessa base de dados, com os buscadores acima indicados, foi de 58 resultados, que se distribuem da seguinte maneira: 08 para “dimensão educativa”, 15 para “dimensão pedagógica”, 04 para “dimensão político-pedagógica”, 00 para “dimensão ideológica”, 00 para “dimensão político-ideológica” e 31 para “dimensão política”.

Aglutinamos todos os trabalhos relevantes e tabulamos em um quadro único, disposto a seguir:

Título	Autor/a	Ano de publicação	Palavras-chave	Link
A dimensão educativa do serviço social: uma análise do processo interventivo da profissão no âmbito da política de assistência social do município do Natal/RN	Cavalcante, S. B.	2010	Serviço Social; Dimensão educativa; Política de assistência social;	http://www.bdttd.ibict.br/vufind/Record/URN_3571075eb84dc9cbe27b70d8af2cf9d
A dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social no S.U.A.S.: a realidade de	Luz, L. A. da	2015	Dimensão educativa; Trabalho; Assistente social; Assistência social; Município de Santos;	http://www.bdttd.ibict.br/vufind/Record/PUC-SP-1_580419601bfa999e7d277d1de7d20

Santos, SP				6af
A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na política de assistência social	Ligabue, H. de P.	2016	Dimensão educativa do serviço social; Instrumentalidade do serviço social; Trabalho profissional; Política de assistência social;	http://www.bdttd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_4ccee3f57d417cf501be0e24a26ff52
O exercício profissional do assistente social na educação superior: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil	Souza, F. D. de	2016	Serviço social; Educação superior; Exercício profissional; Dimensão educativa; Assistência estudantil;	http://www.bdttd.ibict.br/vufind/Record/UNFRN_cf29b9905bdc2c31f20540720577a503
Dinâmicas de Grupo no Serviço Social: uma técnica pouco estudada e muito difundida	Moreira, C. F. N.	2010	Serviço Social; Trabalho com grupo; Dinâmica de Grupo; Dimensão político-pedagógica do assistente social; Assistentes sociais; Brasil; Serviço social;	http://www.bdttd.ibict.br/vufind/Record/UNERJ_89e9c41c3a38fc4ad32ee02eb1763fec

entre os assistentes sociais na Rede de Proteção ao Educando / RJ			Orientação profissional;	
Serviço social na educação: análise das tendências dos perfis pedagógicos do assistente social	Melo, M. L. de	2013	Educação; Perfis pedagógicos; Serviço social; Projeto ético-político;	https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17928

Quadro 01, formulado pela autora, 2022.

4.2.2 Revistas Qualis A2

Para as revistas com classificação “A2” na área do Serviço Social, encontramos 35 resultados possíveis de análise. Priorizamos revistas nacionais e ligadas a programas ou departamentos de Serviço Social devido à especificidade da temática aqui levantada, o que reduziu o escopo da pesquisa para 05 revistas¹⁰. A revista *Argumentum* foi criada em 2009, então analisamos toda a sua produção, mas a revista *Em Pauta* não tinha disponibilizado de maneira virtual todas as edições referentes ao recorte temporal estabelecido e não conseguimos acesso às edições faltantes, então analisamos num recorte de tempo mais curto. Importante destacar que a revista *Ser Social* não possui a digitalização completa de suas publicações, o que dificultou o processo investigativo; no site não há disponibilidade sequer de

¹⁰ Vale destacar que no site da revista *Textos & Contextos*, consta que a classificação da mesma é A1 no período de 2017-2020. No entanto, na plataforma Sucupira as classificações disponíveis mais recentes são referentes ao quadriênio de 2013-2016 e a classificação da revista se encontra como A2. Preferimos seguir a linha apresentada pela plataforma respeitando a competência e a oficialidade do espaço de divulgação científica que a plataforma Sucupira cumpre a nível nacional.

sumários das edições e são poucos os artigos digitalizados e sem uma lógica organizativa do material encontrado. Entramos em contato com a revista para tentar acesso, porém a única disponibilidade seria acessar o acervo físico disponível na Universidade de Brasília (UnB), sede da revista, e não possuímos meios para isso.

Apesar dos buscadores nos retornarem resultados passíveis de análise, ao filtrarmos para ver se encaixavam-se no caráter de relevância para esta pesquisa, os resultados se mostraram inconclusivos. Ou os artigos encontrados na pesquisa não eram referentes à área do Serviço Social, ou não debatiam a dimensão político-pedagógica na atuação profissional. Segue a tabela com os dados:

Revista	Recorte temporal	Total de artigos publicados	Resultado das pesquisas dos marcadores	Resultados relevantes para a pesquisa
Argumentum	2009 - 2022	404	6 ¹¹	0
Em Pauta	2007 - 2022	438	0	0
Revista de Políticas Públicas	2002 - 2022	688	5 ¹²	0
Textos & Contextos	2002 - 2022	528	11	0
Ser Social	2002 - 2022	sem possibilidade de análise	inconcluso	inconcluso

Tabela 01, formulada pela autora, 2022

4.2.3 Revistas Qualis A1

Entre as 16 revistas com qualificação A1 encontradas, seguindo a mesma lógica de seleção do item anterior, temos 02 (duas) revistas para analisar - Katálysis e Serviço Social & Sociedade. No recorte temporal apontado, de 2002 a 2022, conseguimos mapear 628 artigos publicados pela revista Katálysis. Com os buscadores selecionados, encontramos 02 (dois) artigos e apenas 01 (um) resultado relevante para a pesquisa.

¹¹ Um dos artigos repetiu em dois marcadores.

¹² Aqui também houve repetição de um dos artigos em marcadores diferentes. Em ambas as situações não contabilizamos o artigo repetido.

Já na revista *Serviço Social & Sociedade*, nosso processo de pesquisa foi mais abrangente. Como temos acesso ao acervo quase completo da revista, desde seus números iniciais, e por ser essa a revista mais antiga da categoria, datando sua primeira edição de 1979, decidimos ampliar a busca realizada para a década de 1990 adicionalmente aos anos 2002 - 2022 das outras obras. Analisamos os sumários das revistas publicadas de 1990 a 1997 e depois saltamos para 2002 devido à ausência de acesso às revistas de 1998, 1999, 2000 e 2001. As publicações de 2009 também não estavam disponíveis, nem de forma física ou digitalmente, o que deixou uma lacuna na pesquisa. Dentro desse universo, foram encontrados 790 artigos publicados e de relevância para esta pesquisa encontramos apenas os artigos de Marina Maciel Abreu, que entendemos não fazer sentido incluir nos resultados pois suas formulações são nosso ponto de partida para a pesquisa.

Segue abaixo a tabela com as produções encontradas nas revistas A1 com os nossos buscadores e que foram consideradas relevantes para a pesquisa:

Título	Autor/a	Ano de publicação	Palavras-chave	Link	Revista da publicação
Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico	JACINTO, A. G.	2017	Intelectual orgânico; Gramsci; Serviço Social; Dimensão educativa	https://www.scielo.br/j/rk/a/DPvXpTxCCTxkmfrfNcw8gFG/?lang=pt	Katálisis

Quadro 02, formulado pela autora, 2022

4.3 E agora?: Análise de conteúdo

No recorte temporal que apontamos e os espaços de pesquisa que elencamos como mais importantes para este *estado da arte*, encontramos 3532 trabalhos publicados em revistas e bases digitais, porém os trabalhos relevantes ao tema de pesquisa aqui apontado são apenas 07 (sete). Dito isso, a acachapante

maioria dos resultados foi na área da pós-graduação (05 dissertações e 01 tese), somados a 01 artigo publicado em revista científica. É necessário fazermos alguns apontamentos e questionamentos frente a estes dados.

Por que o assunto aqui levantado é tão pouco pesquisado pela categoria como um todo? Como citamos ao longo deste trabalho, autores clássicos da área como Iamamoto (2004) e Netto (2009) já apontaram a necessidade da disputa e construção da perspectiva crítica dentro da profissão de modo a combatermos a hegemonia conservadora presente na atuação profissional. A falta de produção científica aponta para uma falta de debate acadêmico dentro da categoria? Como determinar a compreensão acerca de um assunto se ele não é estudado? Além disso, a concentração da produção ser na área da pós-graduação é outro elemento a ser analisado: o tempo de pesquisa para teses e dissertações é mais amplo, exige das/os pesquisadoras/es mais tempo e foco de estudos em cima da temática escolhida; por que seus trabalhos não se desdobraram em artigos dentro do universo desta pesquisa? A baixa produção acadêmica de materiais e sínteses poderia significar uma dificuldade maior para pesquisadoras/es em pesquisar esse assunto?

Essas são ponderações que fazemos frente aos resultados aqui elencados, mas é difícil traçarmos respostas definitivas devido às diversas variáveis envolvidas e amplitude dos processos que existem na pesquisa nacional. O que podemos fazer, no entanto, é analisar os materiais encontrados em nossa pesquisa, de forma a entender em qual direção caminha a parca produção científica sobre a dimensão político-pedagógica do Serviço Social. Devido ao tempo de pesquisa disponível e ao volume de conteúdo encontrado nos trabalhos levantados, a metodologia de análise se deu através da leitura do resumo, conclusão, referências e palavras chaves para depois realizarmos uma análise breve das pesquisas realizadas.

O trabalho de Cavalcante (2010) discute a dimensão político-pedagógica da atuação profissional do Serviço Social a partir da perspectiva da assistência social na cidade de Natal/RN. A autora faz um resgate do histórico da política de assistência no Brasil entre os séculos XX e XXI, depois localiza essa política na realidade socioeconômica da cidade de Natal, Rio Grande do Norte, que é onde a autora pesquisa seu objeto, para, em seu último e quarto capítulo da dissertação,

entrar na discussão da dimensão educativa no processo de intervenção do Serviço Social e no papel da/o assistente social enquanto intelectual orgânico.

Ao debater a dimensão político-pedagógica, Cavalcante (2010) se debruça sobre esse aspecto no histórico da profissão, fazendo mediações com os perfis pedagógicos desenvolvidos por Abreu (2002), indo desde as perspectivas disciplinadoras da pedagogia da ajuda e da participação até a pedagogia emancipatória. Essa análise é entrelaçada com a conjuntura socioeconômica do país, entendendo que a profissão só pode ser entendida a partir do movimento de reprodução das relações sociais (IAMAMOTO & CARVALHO, 2006).

A autora trabalhou com pesquisas de campo, utilizando o instrumento da entrevista (documento está disponível no final do trabalho da autora, conta com 37 perguntas) para coletar os dados necessários ao seu trabalho. Contou com a participação de 11 assistentes sociais da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) de Natal/RN. A partir disso, a autora entra numa discussão sobre as demandas do trabalho da/o assistente social dentro desse universo pesquisado, a instrumentalidade nesse processo e as condições de trabalho desses sujeitos. Ao final do capítulo, Cavalcante (2010) amarra essa discussão trazendo o debate do papel da/o assistente social como intelectual orgânico, a partir dos debates de Antônio Gramsci e Ivete Simionatto.

Assim, em contraposição à dimensão educativa que reitera as práticas a-críticas e conservadoras, essa dimensão, na atualidade passa a ser constitutiva da *práxis* social, que potencializa a atuação dos assistentes sociais, sustentada pelos princípios ético-políticos da profissão, na construção e concretização de um projeto societário emancipador. Dimensão esta que está implícita e explicitamente presente no Código de Ética da Profissão, sob a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8662/93 –, e nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. (CAVALCANTE, 2010, p. 149).

Identificamos uma convergência nas discussões apontadas pela autora em relação à perspectiva que encampamos neste trabalho; além de muitas referências em comum, a autora realiza o trabalho de dialogar as análises de Abreu com a atuação da assistência social em alguns dos CRAS existentes na cidade de Natal/RN. Assim, a autora consegue nos apontar possibilidades e limites acerca da pedagogia da atuação profissional da/o assistente social em uma das políticas específicas que a profissão se insere, dado os limites do recorte de sua pesquisa.

Analisar este trabalho nos possibilitou compreender mais elementos sobre a Assistência Social no Brasil e na cidade de Natal a partir da perspectiva crítica, bem como sobre os processos socioeconômicos que fazem parte dessa história. Além disso, as análises de Cavalcante (2010), através das entrevistas com as assistentes sociais em campo, trazem mais informações sobre a atuação destas profissionais frente os desafios do cotidiano, debatendo sobre a importância da interdisciplinaridade, da instrumentalidade no trabalho e as condições de trabalho na área de assistência social em Natal.

No trabalho de Ligabue (2016), a autora se propõe a pesquisar sobre “como a função pedagógica inerente ao trabalho do assistente social tem se efetivado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)” (p. 9). Para tanto, a autora parte de estudos sobre as categorias que considera inerentes à discussão, sendo estas: dimensão educativa do Serviço Social; instrumentalidade do Serviço Social; trabalho profissional; e política de assistência social; e também realiza uma pesquisa de campo junto de profissionais do CRAS. No primeiro capítulo é debatida a questão do trabalho sob a perspectiva ontológica e sob a lógica capitalista, a questão social e a instrumentalidade do Serviço Social. No segundo capítulo são apresentadas as formulações de Abreu (2002, 2004) sobre os perfis pedagógicos para a discussão sobre a dimensão educativa do Serviço Social, enquanto no terceiro capítulo o foco de discussão é a política de Assistência Social.

No último capítulo a autora faz as mediações entre a dimensão educativa da atuação profissional com a assistência social e realiza uma pesquisa de campo em 03 (três) CRAS do estado de São Paulo, compreendendo 05 (cinco) assistentes sociais nesse universo e utilizando os instrumentos de entrevista e grupo focal. Após contextualizar o CRAS e os trabalhos executados nesse espaço, a autora faz uma análise da expressão da dimensão educativa a partir da percepção das profissionais em suas atividades no cotidiano profissional.

Analisamos que existe uma consonância entre as bases teóricas e as elaborações de Ligabue (2016) e as que elencamos em nosso trabalho, bem como o objeto de pesquisa escolhido pela autora. Através das entrevistas realizadas com as profissionais, as diretrizes apontadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as categorias apontadas nos capítulos iniciais, a autora conclui que as assistentes sociais que participaram da pesquisa não possuem um conhecimento

muito profundo sobre o tema; que não parecem compreender a implicação desta dimensão na formação ideo-política dos sujeitos que atendem; e que é possível ver traços tanto de uma pedagogia emancipadora quanto de uma pedagogia mais conservadora na atuação dessas profissionais.

A autora ainda traz uma observação necessária: como a perspectiva de pedagogia emancipadora manifestada pelas profissionais aparenta ter uma base mais legalista e pautada pelas diretrizes da PNAS, as quais ela julga serem, por vezes, insuficientes para os usuários e para os objetivos profissionais. Por fim, Ligabue (2016) aponta como as contradições analisadas em seu trabalho devem ser encaradas como “ponto de partida”, pois mostram que há possibilidades ações mais coerentes com o projeto ético-político profissional e com a pedagogia emancipatória.

Interessante destacar, como apontamos no capítulo anterior, Vasconcelos (2015) faz apontamentos semelhantes sobre uma concepção legalista do Projeto Ético-Político (PEP) por parte da categoria. São múltiplos os fatores a serem considerados ao analisar essa questão e que essa prática profissional pode resultar numa postura conservadora, mesmo que inconsciente às/aos profissionais.

Além da convergência teórico-política entre a dissertação de Ligabue (2016) e a pesquisa que realizamos aqui, é possível apreender desta pesquisa um diálogo maior com as concepções ontológicas de trabalho e a instrumentalidade do Serviço Social ao debater sobre a dimensão político-pedagógica que estudamos. Outro ponto interessante de destacar sobre avanços na pesquisa da autora é o reforço das análises desenvolvidas por Abreu e Cardoso (2009) sobre a participação e mobilização social como um dos possíveis resultados da construção de uma pedagogia emancipatória. Ainda nessa discussão, a autora traz os escritos de Aline Machado, Danute Luiz e Paulo Freire ao debater processos pedagógicos no cotidiano em níveis macro e micro do cotidiano das classes subalternas.

Na dissertação apresentada em 2010, Moreira decide analisar a dimensão político-pedagógica do Serviço Social através das dinâmicas de grupo, utilizando de pesquisa documental e de campo para tanto. Em seu primeiro capítulo, o autor traz discussões sobre categorias que considera importantes para sua pesquisa, como trabalho, ideologia e intelectuais. No segundo capítulo, traz uma retrospectiva sobre os fundamentos do Serviço Social, dividida em dois momentos: da gênese ao golpe de 1964 e depois do movimento de reconceituação aos dias atuais. Esse recorte

temporal para análise é utilizado também no terceiro capítulo, onde analisa o trabalho com grupos no Serviço Social, no primeiro momento histórico e, no segundo, com os movimentos de rupturas e continuidades existentes na época, a inserção da “Dinâmica de Grupo” na profissão¹³.

No quarto e último capítulo da pesquisa, o autor traz as particularidades do trabalho do assistente social com dinâmicas de grupos. É aqui que ele traz os acúmulos da pesquisa de campo realizada e faz mediações com as categorias previamente elencadas e a história previamente relatada. Inicia contextualizando a experiência da Rede de Proteção ao Educando no município do Rio de Janeiro, no período de 2007 a 2010, destacando como foi a gestão durante o governo do Democratas (DEM) e durante a gestão do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), por serem as gestões do período temporal selecionado, para depois entrar nas particularidades do trabalho em grupo para o Serviço Social.

O autor busca mostrar o perfil da equipe analisada; utilizou de entrevista focal para a coleta de dados, trabalhou com 08 (oito) das 10 (dez) assistentes sociais que compõem a 5ª Coordenadoria de Educação (CRE), região por ele avaliada. Ao longo do capítulo traz relatos das profissionais entrevistadas; analisa a dinâmica de grupos enquanto técnica de intervenção profissional que necessita de alinhamento aos objetivos do próprio trabalho em grupo e os resultados geralmente individuais que as profissionais identificaram enquanto advindos dessas dinâmicas. O autor destaca, ainda, que parte do princípio de que ações com grupos podem criar as condições necessárias para processos políticos organizativos que não se esgotem no ambiente educacional, em consonância com os escritos de Abreu (2002).

Em suas conclusões, Moreira (2010) resgata as transformações históricas que o Serviço Social brasileiro construiu ao longo dos anos, bem como seus reflexos nas interpretações de grupos; aponta ainda como, apesar das mudanças no campo

¹³ Segundo o autor da pesquisa, a perspectiva teórico-analítica dos grupos adequava-se aos ideários burgueses nas primeiras décadas do século XX. As modificações de interpretações sobre grupos e suas funções foram caminhando junto das transformações sociais, ainda que com um viés fortemente positivista. O autor destaca que sua concepção de “grupo” ao longo do trabalho é “enquanto instrumento de trabalho, definido a partir da presença simultânea de indivíduos em uma mesma atividade sócio-institucional coordenada por um ou mais profissionais e que apresente período de duração, objetivo(s) e metodologia(s) definidos.” (p. 62) e a definição de “dinâmica de grupos é (...) entendida como uma técnica de intervenção profissional operada recorrentemente no interior de uma atividade com grupo. A Dinâmica de Grupo precisa ter objetivo(s) demarcado(s) (e neste ponto envolve a definição do seu público-alvo, dos recursos necessários para a sua realização, etc.) que vise contribuir com o alcance do(s) objetivo(s) do próprio grupo.” (p. 63) Por fim, o autor destaca como analisa ambos a partir de um viés marxista.

teórico-metodológico e ético-político se mostraram muito exitosas, o campo de ordem prático-operativo ainda não passou por mudanças mais radicais.

O autor constatou que as perspectivas assistencialista da gestão do DEM e reformista do MDB na orientação ao trabalho serviam, assim, aos interesses das classes dominantes. Além disso, devido ao fato da atuação profissional ser permeada de contradições, as assistentes sociais conseguiram imprimir uma direção ético-política consonante à contra-hegemonia emancipatória de Abreu (2002). Aponta ainda como existem dificuldades na prática profissional em relação às Dinâmicas de Grupo com viés crítico, resultantes das movimentações da categoria como um todo (nesse caso da pouca atenção às discussões sobre dinâmicas de grupo no momento pós movimento de reconceituação).

Por fim, na análise deste trabalho também foi possível entender mais sobre as Dinâmicas de Grupo, sobre discussões acerca da psicologia junto do Serviço Social e técnicas de trabalho para esses espaços. O autor também destaca a lacuna nos estudos sobre o espaço socioocupacional enquanto parte da atividade profissional de assistentes sociais. Utilizamos a seguinte citação do autor para destacar a confluência de seus argumentos com os utilizados por nós em nossa pesquisa:

A dimensão educativa é algo intrínseco à profissão do Serviço Social. Autoras como Iamamoto (2003; 2008), Abreu (2002) e Vasconcelos (1997), por exemplo, situam o Serviço Social no bojo do processo de reprodução material e social da classe trabalhadora, onde a dimensão sócio-educativa das ações profissionais, mediatizadas pelas políticas sociais, apresenta-se inscrita no campo político-ideológico no que tange a obtenção/superação do consenso. No "momento em que a profissão se redefine a partir do paradigma crítico-dialético e constrói seu projeto ético-político, firma-se um novo princípio educativo" (MIOTO, 2009, p. 499). Nos moldes do pensamento de Abreu (2002, p. 128), inicia-se um processo de "construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas". (MOREIRA, 2010, p. 71)

Em sua dissertação, Melo (2013) trabalha com a perspectiva pedagógica do exercício profissional do Serviço Social em espaços da educação do Rio Grande do Norte (RN). Aproveitando a experiência que teve no estágio da graduação e a recente expansão da atuação do Serviço Social na rede de educação pública, a autora propõe-se a apreender e analisar, a partir das formulações de Marina Maciel Abreu, as tendências dos perfis pedagógicos na atuação profissional. Para tanto, a

autora elabora uma pesquisa de caráter qualitativo-quantitativo, fazendo análise de conteúdo e utilizando-se de alguns dados quantitativos para exemplificar as análises sobre seu objeto pesquisado. Participaram desta pesquisa 10 (dez) unidades de ensino do RN e 08 (oito) assistentes sociais, com o instrumento de entrevistas semiabertas.

Em seu primeiro capítulo, a autora disserta sobre a educação dentro da sociedade capitalista, a função do Serviço Social nesse espaço e os perfis pedagógicos dessa atuação, utilizando Abreu (2002) como referência. No segundo capítulo, a autora fala mais sobre as transformações societárias e as tendências que se apresentam nos perfis pedagógicos do Serviço Social no âmbito da educação. Para mediar essas discussões, ela analisa a trajetória acadêmica e profissional, as condições e relações de trabalho nas instituições de ensino, principais atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais nesses espaços sócio-ocupacionais e as tendências dos perfis pedagógicos na atuação profissional no setor da educação a partir dos dados coletados nas entrevistas com as assistentes sociais e com formulações de autores da área.

No último capítulo, a autora traz a discussão do projeto ético-político junto do debate sobre os perfis pedagógicos na atuação profissional, utilizando-se dos Códigos de Ética da profissão ao longo dos anos para discutir esse ponto. Esse capítulo se mostra muito rico para análise, pois faz uma articulação mais inédita com as concretudes do atual projeto ético-político do Serviço Social ao discutir a dimensão político-pedagógica da profissão. A autora também traz as tensões e dificuldades existentes na atuação profissional, bem como uma reatualização dos perfis conservadores através das pesquisas de campo que realizou.

À guisa de conclusão, a autora aponta a complexidade do desenvolvimento do trabalho frente às apreensões sobre a educação dentro das dinâmicas capitalistas, nos espaços de ensino e sobre as contradições que a perpassam. Articulando esse debate à inserção do Serviço Social na educação e o caráter pedagógico de sua atuação profissional, foi levado em consideração o caráter assalariado do trabalho das/os assistentes sociais e foi possível analisar as diferentes tendências nos perfis pedagógicos nessas atuações e as contradições presentes, entendendo as questões conjunturais que perpassam o trabalho profissional. Por fim, aponta a necessidade da defesa de um perfil emancipatório

articulado com o projeto ético-político e a continuidade das discussões levantadas em seu trabalho.

Na pesquisa realizada por Souza (2016), a autora se propõe a pesquisar sobre a dimensão educativa do Serviço Social na política de assistência estudantil; utilizando-se de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, Souza (2016) tem como sujeitos da pesquisa 08 (oito) assistentes sociais localizadas em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Rio Grande do Norte. Partindo do método histórico-dialético e tendo como universo de pesquisa a atuação profissional de assistentes sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), sua pesquisa se dispõe em dois capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, a autora discute sobre o Serviço Social na educação; traz à baila discussões sobre a educação superior no Brasil e seus processos de mercantilização, bem como as dificuldades que esses processos podem trazer para a concretização da educação pública, gratuita e de qualidade. Ainda nesse tocante, discute os diálogos possíveis entre Serviço Social e educação para o fortalecimento de uma educação emancipadora e traz ainda acúmulos sobre a assistência estudantil, a diferença entre assistência social e a precarização dessa política.

No segundo capítulo, Souza (2016) traz a análise da dimensão educativa da atuação profissional no âmbito da assistência estudantil. Inicia debatendo as condições objetivas do trabalho e do trabalho educativo, utilizando o material coletado na pesquisa de campo através de entrevistas, e trazendo algumas dificuldades do trabalho que exercem - como déficit no quadro de funcionários, adoecimentos, sobrecarga de trabalho, entre outros. O debate sobre conservadorismo, assistencialismo e psicologização também aparece nessa discussão das dificuldades e, por fim, a discussão sobre a condição subjetiva do exercício profissional também é trazida por Souza (2016) antes de concluir o capítulo com a dimensão educativa da profissão.

Aqui, a autora traz os acúmulos apontados por Iamamoto, Abreu e Nicolau¹⁴ ao afirmar como, no seu exercício profissional, a/o assistente social interfere na

¹⁴ Conforme seu Currículo Lattes, a professora Maria Célia Correia Nicolau possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974), mestrado

forma de agir, de pensar e de se relacionar em sociedade dos indivíduos com quem trabalha - expressando, assim, o caráter eminentemente pedagógico da atuação e sua inserção na disputa da formação da cultura. Ainda em diálogo com as autoras supracitadas, Souza (2016) aponta como a dimensão pedagógica tem relação direta com o cenário socioeconômico do país; sendo possível analisar como os diferentes perfis pedagógicos conservadores se articulam com as necessidades de resposta do Estado às demandas sociais, enquanto a pedagogia de caráter emancipatório dialoga com um projeto igualmente emancipatório de sociedade.

Por fim, a autora conclui que a escassa produção acerca da temática apresentada no âmbito da assistência estudantil dificultou as análises desenvolvidas em seu trabalho, mas destaca as reflexões possíveis que elaborou. Primeiro fala da centralidade da educação na vida social; em seguida traz a importância da conquista da assistência estudantil *versus* a política neoliberal e focalista que pauta sua implementação atualmente. Também aponta como a dimensão educativa está presente, nas palavras da autora, de forma tímida no dia a dia das entrevistadas e como a precarização do trabalho é fator central para essa questão. Por último, traz o apontamento de que o Serviço Social, ao assumir sua identidade educativa, social e política, tem a possibilidade de interferir na assistência estudantil para além dos espaços burocráticos existentes.

Na análise deste trabalho, foi possível apreender mais sobre a atuação profissional do Serviço Social em instituições de ensino superior, as disputas entre o mercado e as instituições públicas de ensino e particularmente sobre a política de assistência estudantil. Além disso, entender mais sobre o contexto dessas políticas nas instituições analisadas pela autora foi um processo interessante, que nos levou

em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1982) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, em 1999, defendendo a tese "O Aprender do fazer (representações sociais sobre o fazer profissional de Assistente Social)". Pós-doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2020. Maria Célia Correia Nicolau apresenta larga experiência acadêmica na UFRN, onde exerceu o cargo de Professora durante 27 anos (...) Foi diretora e professora do Curso de Serviço Social da Universidade Potiguar -UnP/RN de 2005 a 2010. Foi Professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte vinculada ao Mestrado em Serviço Social de 2005 a 2010. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, vinculada ao departamento de Serviço Social aos cursos de graduação e pós-graduação (Mestrado e Doutorado), ministrando disciplinas, orientação de dissertação e tese, além de pesquisa e extensão. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Trabalho Profissional e Serviço Social, Questões Teóricas -Metodológicas no Serviço Social, Instrumentalidade Técnico - Operativa no Fazer Profissional, Direitos Geracionais, Inclusão Social e Cidadania. A professora apareceu em nossas pesquisas como orientadora das dissertações de Souza (2016) e Melo (2013), referência nestes mesmos trabalhos e no de Cavalcante (2010), mas não nos resultados indicados pelos buscadores.

a refletir sobre os limites e as potencialidades para a assistência estudantil. As discussões envolvendo o cotidiano de trabalho também aparecem nesta pesquisa, nos exemplos de burocratização das atividades desempenhadas, sobrecarga de trabalho e negligências que podem ocorrer no espaço de trabalho, psicologização da atuação profissional e a autora aponta também como essas questões dificultam a consolidação da dimensão educativa da profissão, entre outras questões.

Além da convergência das discussões acerca do objeto de estudo, identificamos também neste trabalho uma discussão maior sobre educação e mediações com o Serviço Social, escassez de produções sobre a dimensão político-pedagógica e a área de assistência estudantil e a necessidade de avanço nas discussões sobre as políticas de assistência estudantil para além de ações focalizadas na área financeira, algo muito relatado pelas assistentes sociais entrevistadas por Souza (2016).

Em sua tese¹⁵, Luz (2015) objetiva compreender a apreensão da dimensão educativa na atuação profissional do Serviço Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Santos/SP. O trabalho divide-se em três momentos: no primeiro capítulo, a autora traz a relação entre Serviço Social e a dimensão educativa; no segundo capítulo, contextualiza a assistência social na atualidade e seus desafios; e no terceiro analisa a dimensão educativa na política de assistência no município supracitado. Para tal pesquisa, Luz (2015) entrevistou 15 assistentes sociais e analisou o conteúdo de 09 (nove) dessas entrevistas; além disso, realizou pesquisa documental, bibliográfica e anotações pessoais de uma reunião com os trabalhadores municipais da proteção social básica que participou.

Nas discussões do primeiro capítulo, sobre a dimensão educativa do Serviço Social, a autora resgata os acúmulos de Abreu (2002) para contextualizar o caráter disciplinador que essa dimensão teve no início da instituição da profissão e fazer as mediações entre os momentos históricos na profissão e os perfis pedagógicos existentes. Além de Abreu, a autora utiliza uma gama de autores clássicos do Serviço Social (como Yamamoto, Netto, Faleiros, além de Gramsci) para a

¹⁵ Vale destacar que a dissertação da autora também trabalha a dimensão educativa na atuação profissional do Serviço Social, além de fazer discussões com a Educação Popular. No entanto, as palavras chave utilizadas pela autora não coincidiram com os buscadores elencados por nós; encontramos esse trabalho apenas ao analisar a bibliografia da tese da autora e não conseguimos analisar sua dissertação no presente trabalho.

argumentação sobre a inserção da profissão da divisão sociotécnica do trabalho, sua relação com o Estado e reforça como o ato de educar não está isolado do contexto macro da sociedade em que estamos inseridos. Ainda nesta seção, a autora traz uma discussão interessante sobre educação popular, trazendo como aportes para a reflexão os escritos de Paulo Freire e Antônio Gramsci.

Ao debater a dimensão educativa da atuação profissional, a autora utiliza as pesquisas documental, bibliográfica e de campo para formular suas considerações. Ela contextualiza a realidade do município de Santos e da assistência social neste local para que possa entrar na análise dos dados coletados em campo e fazer as mediações com o objeto de estudo. Além disso, também traça o perfil das entrevistadas, de forma a compreender melhor quem são estas assistentes sociais, sua formação acadêmica, a trajetória profissional, sua visão de mundo, entre outras questões. Luz (2015) traz as percepções das entrevistas sobre a dimensão educativa e seu desenvolvimento na atuação profissional, nas ações no cotidiano e nos atendimentos nos diferentes espaços sócio ocupacionais que estas profissionais ocupam.

Nas conclusões, a autora aponta como todas as assistentes sociais se percebem enquanto educadoras, mesmo que as compreensões sobre a dimensão educativa sejam diversas e, por vezes, até contraditórias em alguns aspectos. Além de confluência nas discussões que elencamos em nossa pesquisa, também foi possível identificar uma discussão rica com educação popular; entender mais sobre a assistência social dentro da dinâmica sociohistórica da cidade de Santos/SP; e também destacar as limitações e potencialidades da dimensão educativa da atuação profissional dentro da perspectiva de controle social que o Estado tem para as políticas públicas.

Como apontado nas páginas anteriores, encontramos apenas um artigo relevante para a pesquisa no recorte temporal por nós traçado. No artigo de Jacinto (2017), a autora também parte de premissas gramscianas, em específico a partir do questionamento se o/a assistente social pode assumir o papel de intelectual orgânico. Em diálogo com a proposta aqui levantada, as referências teóricas apresentadas pela autora também coincidem com várias das utilizadas por nós e seu artigo foca no debate intelectual acerca da temática. Sua discussão começa apresentando a concepção de intelectual orgânico para Gramsci, com algumas

mediações de Simionatto na área do Serviço Social e a segunda seção do trabalho intitula-se “O (A) assistente social pode configurar-se como intelectual orgânico?”. A seguinte citação em suas considerações finais ilustra bem seu trabalho:

Qualquer que seja o espaço de atuação do(a) assistente social, ele(a) é um(a) profissional que tem um papel essencial visto que exerce uma função eminentemente educativa e organizativa, atuando com as classes trabalhadoras. Uma das exigências colocadas pelo conjunto das atuais transformações sociais à dimensão socioeducativa do Serviço Social, sob a ótica de manutenção do poder dominante, visa conformar o modo de vida da população à nova racionalização do processo de produção e do trabalho. Todavia, dado ao movimento contraditório da sociedade, no contexto adverso à implementação do projeto ético-político do Serviço Social, podem ser construídos os elementos de crítica e resistência à ordem estabelecida, sob o ponto de vista das classes subalternas. (JACINTO, 2017, p. 90-91)

Além disso, nas pesquisas referentes à área da pós-graduação, a tese de Evelyn Faquin (2016) e de Livia Costa (2018) apareceram nos buscadores utilizados na pesquisa, mas apesar de debaterem a dimensão político-pedagógica do Serviço Social, seu enfoque é na área de formação profissional - as autoras analisam os currículos de cursos de Serviço Social em algumas universidades previamente selecionadas para seus estudos. Decidimos não analisar essas produções nesta pesquisa por destoarem do foco que trazemos aqui, mas entendemos que é um caminho de pesquisa interessante e importante de se aprofundar.

Todos os trabalhos aqui analisados seguem uma perspectiva crítica e há um claro consenso acerca da “função eminentemente educativa e organizativa” (JACINTO, 2017, p. 90) da atuação profissional; assim sendo, por que não encontramos um debate acadêmico expressivo acerca deste tema? Nosso recorte temporal aqui é de 20 anos e mais de 3500 artigos foram produzidos nas principais revistas da área e a presença da discussão sobre a dimensão político-pedagógica é quase nula. Mesmo na revista mais antiga da categoria, *Serviço Social & Sociedade*, que tivemos a oportunidade de analisar quase uma década a mais de produção científica, pouquíssimos foram os resultados encontrados - por quê?

Além do conteúdo já apontado aqui, algumas considerações podem ser feitas para tentar responder esta pergunta. A conceituação difusa da temática é uma delas; tanto na BDTD quanto nas pesquisas em revistas, podemos observar alguma repetição de resultados de pesquisas nos diferentes marcadores utilizados. Entendemos que isso denota uma ausência de consenso acerca do que é a dimensão político-pedagógica do serviço social, pois alguns trabalhos com

consonância à discussão aqui levantada não se utilizam desta terminologia para referenciá-la - utilizam “dimensão educativa” ou “dimensão política”, por exemplo.

Outro elemento importante para analisar é a baixa produção científica no universo desta pesquisa. Partimos deste pressuposto e conseguimos identificar algumas questões após essa pesquisa mais aprofundada: de fato, nos últimos 20 anos, as pesquisas foram raríssimas sobre esta temática, com uma concentração desproporcional em dissertações e teses. No conteúdo considerado relevante para a pesquisa, identificamos muita semelhança entre as referências utilizadas para debater sobre a dimensão político-pedagógica. Marina Maciel Abreu, Marilda Yamamoto, Karl Marx, José Paulo Netto e Maria Carmelita Yazbek são autores e autoras presentes em todas as publicações encontradas e os escritos de Antônio Gramsci e de Ivete Simionatto também têm¹⁶ expressão relevante nos materiais aqui analisados.

É preciso nos questionarmos por que, nas principais revistas da categoria, essa ausência é tão grande e porque são poucas as referências no debate sobre este assunto. Apesar das diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) apontarem a interdisciplinaridade entre as dimensões do projeto profissional, percebe-se uma dificuldade em construir diálogos intraprofissionais nesse âmbito. Se essa perspectiva crítica sobre o caráter pedagógico encontra-se no âmago da profissão e entendemos que ela possui um viés essencialmente político, mas não vislumbramos uma apropriação real por parte das e dos profissionais, é possível dizer que há consonância com o projeto profissional que clamamos construir? Ou, como apontam Teixeira e Braz (2009, p. 10), “não há uma relação de identidade entre o que projetamos e o que realizamos efetivamente”?

É possível identificar, assim, que as tendências dominantes nesse debate são de um viés crítico, porém o debate em si é muito escasso e difuso, tanto em questão de regiões quanto em espaços de alcance, para considerarmos como um reflexo da categoria como um todo. Com esses resultados em mãos, concluímos que no universo de pesquisa que trabalhamos, não encontramos muitos resultados sobre esta discussão. O questionamento que nos surge, a partir disso, é: por que o debate sobre a dimensão político-pedagógica não reverberou nas revistas de maior

¹⁶ Esse dado se refere aos escritos da pós-graduação devido ao seu volume e possibilidade de análise comparativa. No artigo de Jacinto (2017), entre esses autores, identificamos a presença de referências à Abreu, Gramsci, Marx e Simionatto.

relevância do Serviço Social? Poderíamos encontrar mais resultados em anais de eventos da categoria, como o CBAS ou o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)? Ou em revistas de classificação B?

Para conseguirmos avançar nas formulações concernentes à dimensão político-pedagógica, precisamos continuamente trabalharmos com criatividade e imaginação sobre os processos de disputa ideológica dentro do serviço social e nos questionando sempre o que são os limites das próprias contradições do sistema capitalista e o que, como acreditamos ser o caso aqui debatido, se apresenta enquanto uma dificuldade de avanço nos estudos e formulações próprios da categoria referente ao seu projeto profissional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo.

(Paulo Freire, Pedagogia da Indignação)

O processo de pesquisa científica se mostra uma moeda com duas faces muito diferentes entre si: ao mesmo tempo em que é um trabalho desafiador, que demanda do/a pesquisador/a disciplina e rigor teórico em seu desempenho, também se revela uma mágica viagem nas possibilidades de novos conhecimentos no horizonte proposto.

Aqui, propomo-nos a contribuir para as discussões sobre a dimensão político-pedagógica do Serviço Social, partindo das premissas que as discussões são escassas sobre esse assunto e que é essencial avançar nas formulações sobre essa temática frente à conjuntura atual. Esse processo nos levou a caminhos diferentes do inicialmente pensados por nós, mas não por isso menos interessantes.

Em um resgate breve sobre as discussões aqui apontadas, entender as origens do Serviço Social se mostra algo essencial para este trabalho: olhar para a história do Brasil e da profissão a partir dos determinantes sociais que as constituem é o movimento inicial para contextualizar nosso objeto. Dentro das contradições e possibilidades do capitalismo dependente latino-americano, o Serviço Social surge enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho (IAMAMOTO E CARVALHO, 2001), com uma função conservadora e para apaziguar as contradições entre capital e trabalho na sociedade.

Destarte, as disputas da sociedade de classes também se expressam no cotidiano do Serviço Social. A tendência mais conservadora existente nas décadas iniciais da profissão é consonante aos processos sociohistoricos do país e do continente, como apontam Iamamoto (2004) e Yazbek (2019). No final da ditadura militar, em um momento de maior abertura para os movimentos sociais e contratendências de cunho crítico, é possível identificar formulações de cunho emancipatório no seio da profissão.

Desse momento de giro teórico-metodológico resulta, entre outras coisas, um novo projeto profissional, em profícuo diálogo com um projeto societário alternativo ao vigente na atualidade. Esse projeto profissional possui múltiplas dimensões que

expressam diferentes aspectos da formação e atuação profissional, além de possuir diversos documentos e discussões que o estruturam e contribuam para sua constante construção. A este amalgama de elementos, entendidos a partir de uma perspectiva crítica e em coletividade, tem-se a concepção de Projeto Ético-Político.

Apesar disso, os resultados dessa nova perspectiva crítica no Serviço Social não podem ser considerados como algo estático: são construções cotidianas na profissão e nos espaços socioocupacionais. Nesse mesmo processo, além do contexto social em que a profissão existe, é fundamental para nós a compreensão do que é o Estado burguês – enquanto principal espaço de atuação da categoria. Pautando-nos pelas formulações de Engels (1976) e Osório (2014), entendemos que o Estado e seus aparelhos servem às classes dominantes para o controle social e repressão da classe trabalhadora.

Esse controle e repressão acontecem de diferentes formas e em diferentes aspectos da vida em sociedade, a partir das particularidades sociohistóricas existentes. Entre essas diferentes formas estão as construções de consensos acerca do modelo social, difundindo a perspectiva de ideologia da classe dominante como a correta para a coletividade, como nos mostra Simionatto (2004) e Konder (2002). Localizando o Serviço Social dentro das relações sociais do capitalismo, é necessário compreender como a ideologia dominante se expressa na sua atuação para poder discutir sua dimensão político-pedagógica.

Nesse sentido, o trabalho da/o assistente social, como aponta Iamamoto (2004) e Abreu (2002) incide na organização da cultura, transformando “a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos.” (IAMAMOTO, 2004, p. 40) Assim, a dimensão político-pedagógica do Serviço Social se expressa nos vínculos das/os profissionais com as classes sociais, disseminada nas relações entre o Estado e a sociedade civil.

Abreu (2002) sistematiza diferentes perfis pedagógicos da atuação profissional e sua relação com as classes sociais: na direção subalternizante, a autora agrega os perfis de “pedagogia da ajuda” e “pedagogia da participação”, que possuem um viés reformista das relações sociais e dialogam com os interesses da classe dominante. Já na direção emancipatória, a autora destaca a “pedagogia emancipatória”, onde as perspectivas críticas tem mais expressão, frutos da relação entre o Serviço Social e movimentos sociais nas mudanças do final da ditadura.

Essa perspectiva pedagógica pauta-se pelos interesses da classe trabalhadora e sua perspectiva de emancipação humana.

Em suas produções, Abreu (2002, 2004) consegue evidenciar como as disputas da luta de classes na sociedade brasileira possuem repercussões na atuação profissional e na pedagogia intrínseca ao trabalho do Serviço Social. Porém, seus trabalhos datam dos primeiros anos deste século, onde a conjuntura global e nacional encontrava-se em outras configurações. Desde os anos 1990 é notado, como apontam Harvey (2011) e Yazbek (2019), um avanço do neoliberalismo no continente latino-americano e o ressurgimento de pautas conservadoras com respaldo democrático junto ao Estado.

No entanto, as discussões sobre a dimensão político-pedagógica do Serviço Social não aparecem com facilidade nas pesquisas dos anos posteriores às publicações de Abreu – daí a proposta de pesquisa apresentada neste trabalho. Com o desenvolvimento de uma pesquisa do tipo *estado da arte*, esperávamos compreender melhor como a dimensão político-pedagógica tem sido apreendida pela categoria nos últimos 20 anos e suas tendências na produção científica.

Devido ao caráter inicial da pesquisa e seu tempo mais restrito por ser um trabalho de conclusão de curso, determinamos o recorte temporal de 2002 a 2022, o universo de pesquisa incluindo as revistas de Serviço Social com classificação A1 e A2 pelo sistema Qualis-CAPES e a BDTD e buscadores que dialogassem com a perspectiva crítica que desenvolvemos em nosso trabalho.

Os resultados obtidos não foram todos dentro do escopo do trabalho ou da nossa área de pesquisa, portanto passaram por um filtro antes da análise de conteúdo. Os 07 (sete) trabalhos por nós analisados denotam que, apesar de ter uma produção escassa no universo que pesquisamos, todas seguem uma perspectiva crítica, com aportes marxistas e consonância com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Alguns materiais apontaram diálogos interessantes com a área da educação popular em suas análises ou referências, estabelecendo uma conexão que nos parece promissora para trabalhos futuros. Outra temática que vale destaque são as mediações as contradições e limitações existentes na construção dessa pedagogia devido aos espaços sócio-ocupacionais que o Serviço Social atua. Ainda nessa linha, temáticas recorrentes nos trabalhos analisados são o cotidiano profissional, as instrumentalidades do Serviço Social e condições de trabalho.

As discussões acerca da dimensão político-pedagógica se mostram espaços ricos e férteis para as pesquisas futuras. Necessariamente multifatorial, demanda de nós pesquisadoras/es que nos atentemos a diferentes áreas dentro da profissão e consigamos estabelecer diálogos coerentes e profícuos de forma a compreender o objeto estudado e as implicações nos processos estabelecidos em relação ao mesmo.

Além disso, compreendendo o acirramento das lutas de classes na conjuntura atual e o avanço de perspectivas conservadoras, a construção consciente de um projeto profissional que fortaleça as lutas da classe trabalhadora se mostra imprescindível. É nesses processos que reside a dimensão político-pedagógica da profissão; portanto, disseminar as discussões sobre esta temática se mostra uma necessidade para a categoria.

Existem diversas formas de contribuir nos avanços dessas pesquisas. Um deles, como já indicado no último capítulo deste trabalho, poderia ser a continuidade do levantamento dos trabalhos já realizados; analisar o que foi produzido em anais dos principais eventos da categoria ou em outras revistas científicas. Outra proposição que avaliamos positivamente é analisar a dimensão político-pedagógica na formação profissional em Serviço Social; parte dos trabalhos aqui encontrados traz essa discussão, porém não coube neste trabalho analisados, apesar de compreendermos sua importância.

Retomar a discussão entre movimentos sociais e Serviço Social também se mostra uma possibilidade muito importante. Uma compreensão subjetivada do Projeto Ético-Político e dos desafios colocados no momento histórico atual traz a necessidade do fortalecimento dos processos organizativos e de luta da classe trabalhadora. Além disso, enquanto categoria profissional Netto (2009b) nos mostra como historicamente essa relação próxima foi cara ao Serviço Social nos processos de ruptura com o conservadorismo.

Por fim, compreendemos que este trabalho não se encerra aqui, mas sim que sirva como um ponto de partida de múltiplas discussões que esta temática pode suscitar. Independente das linhas de trabalho que se sigam – tanto pelas pesquisadoras envolvidas neste trabalho quanto por outras que cheguem até aqui e se sintam impulsionadas a continuar essas discussões – o importante é o avanço da pesquisa crítica em Serviço Social. As mudanças na realidade demandam constantes análises e qualificação por parte daquelas e daqueles as realizam e

esperamos que esse trabalho consiga contribuir para a categoria como um todo continuar construindo uma atuação cotidiana e um projeto profissional críticos e com viés emancipatório.

REFERÊNCIAS

ABEPSS (ed.). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf
. Acesso em: 03 nov. 2022.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p.

ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do serviço social**: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 25, n.79, p.43-71, set. 2004.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização Social e Práticas Educativas**. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS – ABEPSS, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. São Paulo, Letramento, 2018.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Em Defesa do Interesse Nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 1-36.

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da sociedade civil no contexto da crise do capital. **CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina**. 5. ed., rev. São Paulo: Cortez, 2000. 176 p.

CAVALCANTE, Suzanny Bezerra. **A dimensão educativa do serviço social**: uma análise do processo interventivo da profissão no âmbito da política de assistência social do município do Natal/RN. 2010. 234 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

COSTA, Livia Roberta Silva Teles. **Transversalidade da dimensão investigativa na formação profissional em Serviço Social**: uma análise de projetos político-pedagógicos. 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; REZENDE, Juliano Zancanelo. Movimentos Sociais e Serviço Social: a virada de 1979. **Temporalis**, Brasília, v. 38, n. 19, p. 11-23, jul. 2019.

DURIGUETTO, Maria Lúcia, SOUZA, Alessandra Ribeiro de e SILVA, Karina Nogueira e. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-

política. Revista Katálysis [online]. 2009, v. 12, n. 1 [Acessado 13 Dezembro 2022], pp. 13-21. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000100003>>. Epub 23 Jun 2009. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000100003>.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do estado**. 3. ed. Lisboa: Presença: 1976. 236 p.

FAQUIN, Evelyn Secco. **A formação profissional em Serviço Social**: um estudo da dimensão político-pedagógica dos cursos de graduação públicos estaduais do Paraná. 2016. 163 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HORST, Claudio H. Miranda. **Família, marxismo e serviço social**: Desvendando o Invólucro Místico. 217 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/205296/PGSS0212-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>> Acesso em: 25 out. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, Maria Carmelita *et al* (org.). **Serviço Social na história**: américa latina, áfrica e europa. São Paulo: Cortez, 2019. p. 34 - 61.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 216p

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 380p

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 84-92, abr. 2017. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1414-49802017.00100009>.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 277 p.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 184 p.

LIGABUE, Helena de Paiva. **A expressão da dimensão educativa no trabalho do assistente social na política de assistência social**. 2016. 183 p. Dissertação de Mestrado. UNESP, São Paulo, 2016.

LUZ, Luziene Aparecida da. **A dimensão educativa no trabalho profissional do assistente social no S.U.A.S.:** a realidade de Santos, SP. 2015. 192 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo lula. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 15-23, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-49802007000100003>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 126 p.

MELO, Mariana Libanio de. **Serviço social na educação:** análise das tendências dos perfis pedagógicos do assistente social. 2013. 223 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MENDES, E. V. As políticas de saúde no Brasil nos anos 80: a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal. In: MENDES, E. V. (org). **Distrito Sanitário:** o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. 3 ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC ABRASCO, 1995, p. 19-91

MIOTO, Regina Celia Tamaso *et al.* O familismo na política social: aproximações com as bases da formação socio-histórica brasileira. In: XVI ENPESS, 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Abepss, 2019. p. 1-19. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss>> Acesso em: 25 out. 2022.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **Dinâmicas de Grupo no Serviço Social:** uma técnica pouco estudada e muito difundida entre os assistentes sociais na Rede de Proteção ao Educando / RJ. 2010. 295 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992. 165 p

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da Questão Social. **Temporalis:** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 41-50, jan. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pos-64. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009a. 334 p

NETTO, José Paulo. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). **30 anos do Congresso da Virada.** Brasília (DF), 2009b.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004. 281 p.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Racismo, conservadorismo e Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 373-391, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32044>. Acesso em: 23 set. 2022.

SOUZA, Fabrícia Dantas de. **O exercício profissional do assistente social na educação superior**: a particularidade da dimensão educativa na assistência estudantil. 2016. 165f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do serviço social**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015. 615 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009.